



Sumário

04 Carta do Presidente do Conselho de Administração – CEG

06 Mensagem do Presidente e do Country Manager

08 Modelo de negócio e criação de valor

10 Cenário Macroeconômico e Energético

12 Gas Natural Fenosa amplia sua diversificação geográfica na América Latina com modelo de negócio competitivo e integrado

13 Primeira distribuidora de gás da América Latina

14 Gas Natural Fenosa no Brasil: total de clientes ultrapassa 937 mil e vendas de gás crescem 18,8%

16 Evolução da Atividade da Ceg

18 Resultado Operacional

20 Atividade Comercial

24 Serviço a Clientes

26 Atividade Técnica e Operações

30 Resultados Financeiros

32 Recursos Investidos

33 Sumário Financeiro

34 Remuneração aos acionistas

35 Financiamentos

35 Panorama Tributário

36 Valor Gerado para sociedade

38 Responsabilidade Social Corporativa

41 Relacionamento com a Sociedade

42 Desempenho Econômico-Financeiro

44 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

46 Demonstrações Contábeis

100 A Administração

102 Comitê de Direção

103 Conselho de Administração

104 Acionistas

105 Serviços de Auditoria Externa





Carta do Presidente

Senhores,

A Gas Natural Fenosa é hoje a multinacional líder no setor energético, com presença cada vez mais sólida no desenvolvimento desse mercado na América Latina. Em 2014 essa tendência se fortaleceu com a aquisição da Compañía General de Electricidad (CGE), maior distribuidora de eletricidade e gás do Chile, um mercado estratégico para o desenvolvimento do negócio no continente.

No Brasil, apesar de ter sido um ano de instabilidade política, a Gas Natural Fenosa fechou 2014 com bons resultados, atingindo o total de 936.626 mil clientes e presença em 71 municípios, atendidos com uma rede de gás de 6.707 quilômetros.

Para conquistar esses indicadores, o desempenho da Ceg foi fundamental. A Companhia foi a responsável por vendas médias diárias totais de gás natural de 14.758,9 mil metros³, resultado 23,6% superior ao do ano anterior. Esse significativo acréscimo se deu em razão do aumento de 37,7% das vendas para geração elétrica, em função do reduzido nível dos reservatórios de água. Com isso, em 2014, o despacho das térmicas situadas na área de concessão da Ceg ficou em torno 10,6 Mm³/dia, quando em 2013 foi de cerca de 7,7 Mm³/dia.

Além disso, o mercado das térmicas na área de concessão da Ceg foi ampliado com a entrada da UTE Baixada Fluminense, que tem capacidade instalada de 530 MW, na modalidade de cliente livre.



Mas não só o mercado de térmicas teve bom comportamento no período. Devido à maior atividade comercial, o número de clientes residenciais também cresceu 3%, chegando ao total de 831.430. Houve incremento líquido de 24.664 clientes, valor 23,5% superior ao do ano passado, o que demonstra o entrosamento da equipe e a positiva gestão comercial na captação de novos clientes.

Os resultados positivos desses dois mercados fizeram com que as receitas líquidas da Companhia chegassem a R\$ 3.524.104 mil, o que representou um aumento de 13,03% em relação a 2013, quando somaram R\$ 3.117.739 mil.

Por todo seu bom desempenho ao longo de anos, os investimentos operacionais destinados à Ceg são sempre crescentes e em 2014 não foi diferente. De janeiro a dezembro, foram investidos na Ceg R\$ 228.641 mil, valor 30,7% superior ao do ano anterior, sendo que 42,8% desse total foi direcionado para a conversão e para renovação das redes.

O Projeto Reforço Campo Grande, que teve início em 2014, é um exemplo disso. Através dele serão construídos 6,7 kms de rede para reforçar o abastecimento no anel metropolitano do Rio de Janeiro. Paralelo a isso, o programa de renovação de redes antigas da cidade assentou 46.204 metros de canalizações e 1.323 ramais. Aqui é importante lembrar que todo esse trabalho se desenvolveu em ambiente seguro, sem a ocorrência de acidentes. A atenção e

o cuidado com a segurança fez com que a Ceg pudesse manter a certificação pela empresa certificadora AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).

Na Gas Natural Fenosa estamos trabalhando para atingir níveis de excelência na nossa atividade e no atendimento aos nossos clientes. Para tanto, toda essa atividade da Ceg foi acompanhada também de ações internas de grande alcance, como o Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde, uma diretriz que busca mudar e aprimorar a forma como trabalhamos e nos relacionamos com clientes e fornecedores.

A ideia com esse Plano é a de que todos os colaboradores atuem considerando que a segurança é uma prioridade e que não deve haver tolerância com atos inseguros no ambiente da empresa. O Plano conta com o empenho e acompanhamento atento da alta direção da Ceg e também contempla ações voltadas para colaboradores, liderança e empresas prestadoras de serviço.

Entretanto, as ações de responsabilidade social da Ceg não se limitaram ao âmbito interno apenas. Nosso objetivo é não só o de apresentar rentabilidade sustentável aos nossos acionistas, mas também proporcionar um serviço de qualidade para nossos clientes e uma contribuição efetiva à sociedade.

Identificada com o crescimento do Rio de Janeiro, a Ceg continuou, em 2014, presente no cotidiano da cidade, apoiando e incentivando projetos de caráter educacional, social e cultural. Muitos desses projetos foram reconhecidos pela sociedade o que valeu à empresa mais de 10 prêmios em categorias variadas.

Todos os indicadores que estão presentes nesse relatório vêm reforçar a vocação da Ceg em ser a uma empresa sólida e confiável. Mas a conquista dessa condição passa, sem dúvida, pela qualidade e valor profissional da equipe da Companhia. Agradeço, portanto, a toda essa equipe e também a nossos acionistas, clientes e colaboradores, pelo apoio e incentivo.

Muito obrigado.

Sergio Aranda

Presidente do Conselho de Administração



Mensagem do Presidente e do Country Manager

Levar o gás natural para um número cada vez maior de usuários e municípios de sua área de concessão. Esta tem sido a principal missão da Ceg Rio desde julho de 1997, quando começou a ser operada pela Gas Natural Fenosa. Por isso, é com grande satisfação que apresentamos esse informe que demonstra a conquista de avanços importantes na universalização do gás natural.

Um desses avanços foi a expansão do serviço por meio do sistema de gás natural comprimido (GNC). Esse modelo de distribuição está viabilizando a chegada do gás natural em cidades com baixa atividade industrial, mas que apresentam grande potencial para os segmentos residencial, comercial, incluindo postos de GNV. No lugar do gasoduto de transporte, o gás chega por meio de carretas equipadas com cilindros. Esses cilindros abastecem uma base de descompressão que se conecta às redes de média e baixa pressão, que levam o gás até os centros urbanos.

Em 2014, além de iniciar o fornecimento via sistema de GNC em Paraty, a Ceg Rio também firmou contrato para construção de uma base de descompressão que permitirá o fornecimento de gás natural ao distrito de Itaipava, município de Petrópolis.

A expansão do serviço de distribuição, somada à implantação de tarifas mais competitivas, em função da terceira revisão quinquenal, contribuiu para que Companhia alcançasse bom desempenho operacional. A Ceg Rio fechou o ano com um

incremento líquido de clientes 18% superior ao exercício anterior, alcançando um total de 46 mil consumidores atendidos.

O volume de vendas de gás também foi destaque. Atingiu a média de 10,5 milhões de metros cúbicos/dia - 16,8% acima do registrado no exercício anterior. Todos os mercados tiveram bom desempenho em vendas, com destaque para os segmentos de geração térmica e comercial que cresceram 19,7% e 17,1%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Para garantir esse crescimento, a Ceg Rio contou com investimentos de R\$ 28 milhões, sendo a maior parte destinada à criação de infraestrutura para distribuição de gás natural. A Companhia também investiu na modernização do sistema de distribuição e instalou 28 novos pontos do sistema de telegestão. Dessa forma, a Ceg Rio ampliou ainda mais sua capacidade de monitoramento da rede em tempo real, por meio do seu Centro de controle.

Todo esse crescimento veio acompanhado do nosso compromisso com a segurança e a saúde, com a melhoria na qualidade do serviço, com a preservação do meio ambiente e empenho na geração de uma contribuição positiva para nossa área de atuação.

Ao longo do ano, desenvolvemos uma série de ações voltadas para a melhora qualitativa da cultura de segurança na empresa,



mediante um enfoque baseado nos compromissos individuais e na antecipação de situações de riscos. Por mais um ano, não houve acidentes do trabalho que estivessem relacionados ao sistema de distribuição.

Também investimos na melhoria da qualidade do serviço prestado pela empresa. Uma das ações de destaque foi a ampliação do escopo da ISO 14.001/2014. Com isso, o processo de certificação que englobava apenas projetos de construção de redes de alta pressão passou a avaliar as obras de média e baixa pressão e os serviços de atendimento ao cliente, incluindo o pós venda.

Também demos continuidade a nossa política de apoio a projetos de arte, cultura e educação. Uma das iniciativas foi o projeto Dias Novos Virão, no qual foram visitadas 32 escolas do interior do Estado com apresentações de teatro sobre o uso eficiente da energia. Por meio dessa iniciativa, 7850 alunos e mil educadores foram beneficiados.

Por tudo isso, foi com muito orgulho que recebemos o prêmio de empresa parceira pelo Top Gás, que avaliou todas as distribuidoras de gás canalizado do país. O reconhecimento levou em consideração as relações que conseguimos estabelecer com o mercado no período de 2013/2014.

Sem dúvida um sinal de que a lista de realizações conquistadas até aqui revela o amadurecimento desta Companhia e garante seu lugar definitivo entre as maiores empresas de gás do País.

E todo esse histórico de crescimento é uma mostra do comprometimento da nossa equipe de colaboradores, da confiança dos nossos acionistas e do apoio que temos recebido.

Confiantes no futuro, estamos preparados para crescer ainda mais.

Bruno Armbrust

Presidente da Gas Natural Fenosa Brasil

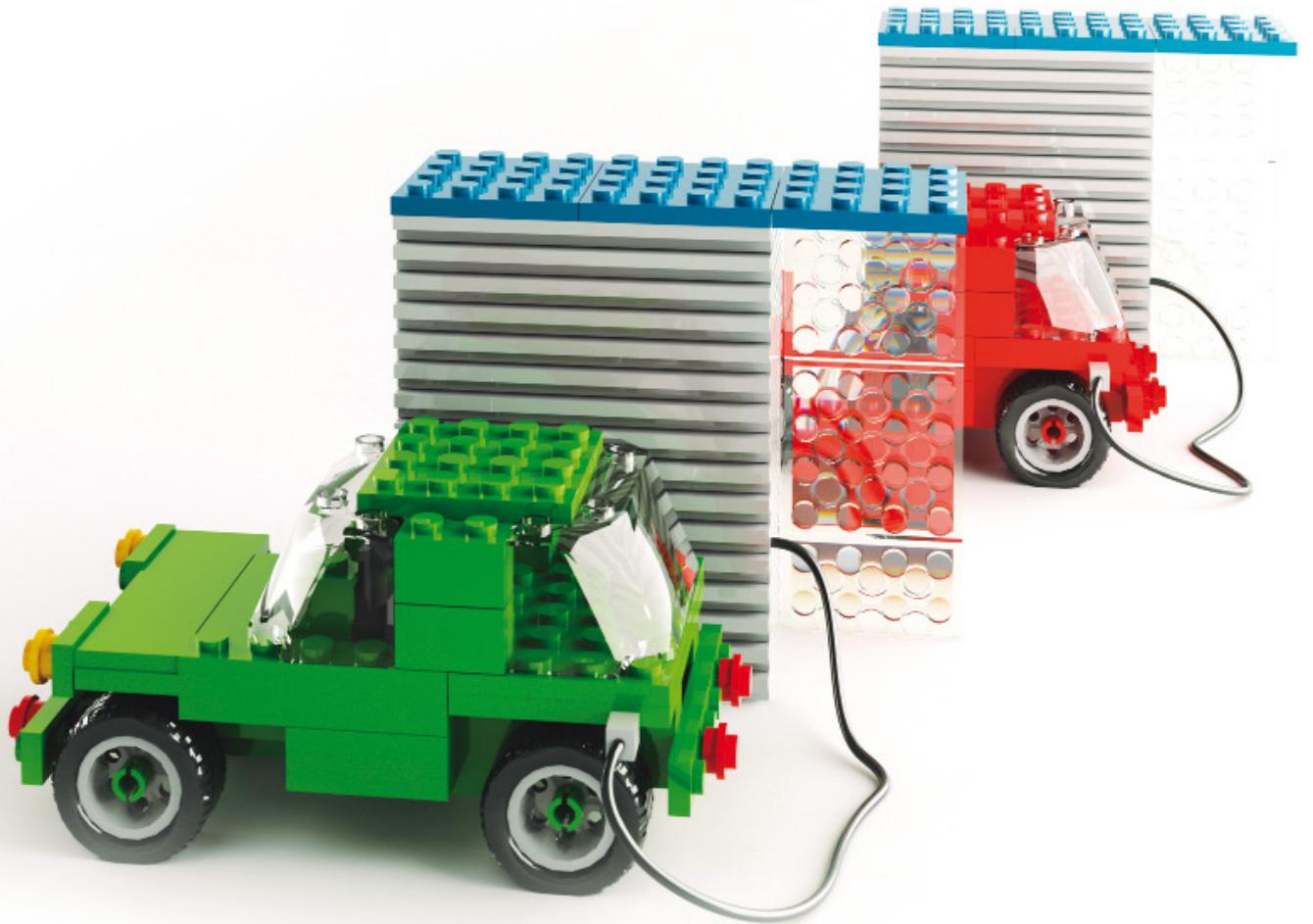
Antoni Almela

Country Manager da Gas Natural Fenosa Brasil



Modelo de negócio e criação de valor

- 10 Cenário Macroeconômico e Energético
- 12 Gas Natural Fenosa amplia sua diversificação geográfica na América Latina com modelo de negócio competitivo e integrado
- 13 Primeira distribuidora de gás da América Latina
- 14 Gas Natural Fenosa no Brasil: total de clientes ultrapassa 937 mil e vendas de gás crescem 18,8%
- 16 Evolução da Atividade da Ceg





Cenário Macroeconômico e Energético

No cenário internacional, em 2014, os países da América Latina experimentaram uma forte queda na evolução do PIB, alcançando apenas um crescimento de 0,7% na região como um todo. Isto foi motivado principalmente pela contínua desaceleração da demanda mundial de commodities e pela queda no consumo doméstico. A Argentina, que é o principal sócio comercial do Brasil, por exemplo, experimentou uma retração do seu PIB, afetando significativamente o comércio internacional entre os dois países. A China, que também é um dos principais sócios comerciais do Brasil, continuou com a desaceleração do seu crescimento (7,4% em 2014). Já os países desenvolvidos, experimentaram uma leve recuperação, impulsionada principalmente pelos Estados Unidos (2,4% em 2014), mas o crescimento foi ainda lento e, em geral, instável, especialmente nos países da União Europeia. Esta conjuntura afeta os preços das commodities que continuaram em queda em 2014, em especial os preços do minério de ferro e do petróleo, que fecharam o ano com as menores cotações, desde 2009.

O Brasil experimentou um novo ano de pouco crescimento, com uma variação positiva de apenas 0,1% anual, inclusive apresentando retração do PIB nos dois primeiros trimestres do ano. Em 2014 o PIB do setor industrial apresentou uma retração de 1,5% segundo as Federações de Indústria do país. Os principais fatores foram as pressões inflacionárias (IPCA de 6,41% a.a.), que motivaram a progressiva elevação da taxa referencial de juros Selic (de 10% até 11,75%), a queda no salário real, afetando o consumo doméstico e, a fraca demanda externa, motivada por um menor crescimento da economia mundial e crise da Argentina. No ano, o Real teve uma desvalorização de 9,7% em relação ao dólar americano.

O ano de 2014 também foi marcado pela organização da copa do mundo de futebol da FIFA e pelas eleições presidenciais no Brasil, eventos que afetaram a atividade industrial e adiaram decisões de investimento no setor. Em outubro, a presidenta Dilma Rousseff foi reeleita ao cargo e, ao final do ano, fez mudanças no seu gabinete econômico visando

aplicar políticas de ajuste fiscal e aperto monetário objetivando recuperar, no médio prazo, o ritmo de crescimento do país, com combate à inflação e aumento do investimento externo.

A respeito da demanda de energia elétrica, existiram especulações sobre o risco de o país enfrentar um racionamento, devido ao baixo nível dos reservatórios de água, principalmente da região sudeste. Contudo, no curso de 2014 não foram adotadas políticas restritivas ao consumo elétrico e de água, mas o ano finalizou com o nível dos reservatórios abaixo de 20% de sua capacidade, um patamar inclusive inferior ao do ano de 2001, quando houve racionamento.

Em razão deste cenário, as usinas termelétricas foram acionadas praticamente o ano inteiro, elevando o preço da energia elétrica no mercado spot, que atingiu patamares recordes históricos com uma média semanal de 688 BRL/MWh, afetando também a atividade de grandes consumidores industriais.

O consumo de energia fechou o ano com um crescimento de 2,2% somando 473,4TWh. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009. Como ocorreu em 2013, o aumento do consumo de energia foi puxado principalmente pelo consumo residencial (+5,7% a.a.), em razão principalmente da instalação maciça de equipamentos de ar condicionado nas moradias em regiões do país com temperaturas médias bem elevadas. No entanto, o consumo de energia elétrica na indústria fechou o ano com um recuo de 3,6% em decorrência da queda da atividade do setor metalúrgico.

Influenciado sobretudo pela geração termelétrica o consumo de gás natural no Brasil atingiu, em 2014, um novo patamar recorde com uma média de 100 mm³/d (milhões de metros cúbicos por dia).

De acordo com dados da Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGAS) o consumo nacional de gás natural cresceu 16,3% frente a 2013, sendo que o segmento de geração elétrica representou mais da metade do consumo total do país.

Excluindo o segmento de geração elétrica, o consumo nacional de gás natural praticamente se manteve estável com diversos comportamentos nos diferentes segmentos. O setor industrial fechou o ano com média de consumo de 28,5 mm³/d, apresentando uma variação de 1,1% em relação a 2013, impactado pela queda da atividade industrial. Já a demanda residencial sofreu os efeitos da crise hidrológica com uma retração de 3,9% em comparação com 2013, e o segmento comercial cresceu 2,96%. No setor automotivo as vendas de gás natural veicular (GNV) recuaram pelo sexto ano consecutivo com uma retração de 2,3%, porém se espera uma recuperação deste segmento no curto prazo devido ao ganho de competitividade frente aos outros combustíveis, principalmente a gasolina, que teve alta de preço ainda no final de 2014.

A extensão da rede nacional de distribuição de gás natural apresentou crescimento de 9,3% com o total de 27,3 mil km.

Em relação à oferta, a Petrobras bateu novo recorde de entrega de gás natural ao mercado nacional com média anual de 95 mm³/d, 16,6% superior à verificada em 2013. A produção nacional continuou sendo impulsionada pelo desenvolvimento da área off-shore do pré-sal, que em dezembro aportou uma média de 23,6 mm³/d. Este crescimento se deveu à produção associada ao petróleo no pré-sal, que também bateu recordes a partir da entrada em operação de novas sondas de perfuração e unidades de processamento flutuantes. Em dezembro,

a produção doméstica total de petróleo atingiu o patamar de 2.497 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente por dia), correspondendo 27% ao pré-sal, com 47 poços em operação. A Petrobras continua sendo o principal produtor de petróleo e gás, operando 92% da produção total de hidrocarbonatos do país.

O crescimento da demanda de gás natural também foi sustentado pela maior importação. A oferta do GNL importado teve um incremento expressivo de 34% em 2014, com regaseificação de um volume médio superior a 20 mm³/d, com três terminais de operação no país (Guanabara, Pecem e Bahia). As importações da Bolívia se mantiveram em níveis máximos, com um volume médio de 33 mm³/d.

Em 2014, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deu início ao processo para leiloar, em 2015, o primeiro gasoduto a ser operado em regime de concessão, de acordo com a Lei do Gás. Neste primeiro projeto, deverá ser construído um gasoduto de apenas 11 km de extensão. Espera-se que no futuro o processo dê origem a novas infraestruturas com livre acesso de produtores privados, favorecendo uma oferta de gás mais diversificada no Brasil, questão importante para um maior desenvolvimento do mercado e do setor.



Gas Natural Fenosa amplia sua diversificação geográfica na América Latina com modelo de negócio competitivo e integrado

Grupo multinacional líder no setor energético, pioneiro na integração do gás e da eletricidade, a Gas Natural Fenosa está presente em mais de 30 países, onde oferece serviços para mais de 23 milhões de clientes dos cinco continentes.

Graças a essa sua forte presença internacional, ao seu perfil de negócios e a uma estrita política financeira, a Gas Natural Fenosa fechou 2014 com um lucro líquido de 1,462 bilhão, 1,2% a mais que no exercício anterior.

O Ebitda consolidado da companhia alcançou em 2014 os 4.853 milhões de euros, 0,1% maior do que no ano anterior, apesar de um meio macroeconômico, energético e regulatório exigente, e graças ao adequado equilíbrio entre os negócios regulados e liberalizados nos mercados gasista e elétrico, e à contribuição crescente e diversificada da presença internacional.

O seu modelo de negócio apostou no crescimento da atividade internacional e em 2014 essa tendência se evidenciou com a aquisição da empresa chilena Compañía General de Electricidad (CGE). Trata-se de uma operação de grande importância estratégica já que o Chile é um mercado chave na América Latina, desfrutando de uma posição de liderança nos mercados de gás e eletricidade.

Além disso, reforça a posição da Gas Natural Fenosa como um dos importantes agentes na distribuição de eletricidade na América Latina e facilita sua participação em projetos de geração de eletricidade, em um futuro próximo.

Para atingir essa posição, a empresa dedicou importante parte de seus investimentos totais a esta região. No âmbito internacional, os investimentos na América Latina cresceram 20,9% em comparação ao ano anterior, devido, em boa medida, ao registro da parte dos compromissos para o período 2014-2017 em distribuição de gás no Brasil.



Primeira distribuidora de gás da América Latina



A Gas Natural Fenosa opera em toda a cadeia de valor do gás. A empresa é a líder no mercado de distribuição espanhol. Além disso, é a primeira distribuidora da América Latina e conta com uma importante presença no mercado italiano.

As vendas da atividade de gás na América Latina em 2014 – que agrupam as vendas de gás e os serviços de acesso de terceiros à rede (ATR) – chegaram a 249.067 GWh, 9,5% mais que as registradas em 2013.

A rede de distribuição de gás na América Latina aumentou 2,7% e alcançou os 70.890 quilômetros no final do ano. A companhia superou os 6,5 milhões de pontos de fornecimento em 31 de dezembro, o que representou um incremento de 272.000 pontos, com relação ao ano anterior. O Brasil, por sua parte, melhorou em 29,3% as vendas de gás e ATR ao mercado de geração.

Em 2014, a companhia consolidou também sua presença nos principais mercados internacionais de GNL (gás natural liquefeito) com uma posição, a médio prazo, em países em crescimento ou líderes no mercado de GNL.

Com uma carteira de fornecimentos de GNL e de gás natural de cerca de 30 bcm (bilhões de metros cúbicos) e a uma infraestrutura de gás única e integrada, na qual se destaca uma frota de dez navios-tanque, a empresa se situa como uma das maiores operadoras de GNL do mundo. É um referencial na bacia do Atlântico e do Mediterrâneo, dispondo de uma posição privilegiada para desenvolver novos mercados, fundamentalmente na área mediterrânea, na América Latina e na Ásia.

Gas Natural Fenosa no Brasil: total de clientes ultrapassa 937 mil e vendas de gás crescem 18,8%



Importantes investimentos e também importantes resultados têm marcado a presença da Gas Natural Fenosa no país, desde que venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e Ceg Rio, em 1997. Nesse mesmo ano, foi constituída a Gas Natural do Brasil, com a finalidade de prestar assessoria energética, participar de projetos e programas de termogeração e termoeletricidade e de participar em outras sociedades.

Já em 2000, a Gas Natural Fenosa adquiriu uma nova área de concessão, na região sul de São Paulo, onde não existia serviço de distribuição de gás canalizado, e que passou a ser operada pela Gas Natural São Paulo Sul.

Dois anos depois, com a criação da Gas Natural Fenosa Serviços (GNS), o grupo iniciou uma nova atividade, atuando no mercado de soluções energéticas,

cogeração, climatização, geração em ponta e compressão de gás para postos de gás natural veicular (GNV).

O total investido desde 1997 chegou a 5,4 bilhões, sendo que R\$ 3,8 bilhões exclusivamente nas atividades operacionais da Ceg, da Ceg Rio e da Gas Natural São Paulo Sul, para distribuição de gás natural canalizado em suas áreas de concessão nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com esse volume de investimentos e com a expansão de suas atividades no país, a Gas Natural Fenosa fechou 2014 com 936.626 mil clientes nos segmentos doméstico e comercial, 4,3 % a mais que no ano anterior. O grupo está presente em 71 municípios, as vendas totais foram de 9.667,9 milhões de metros cúbicos de gás e a extensão total da rede de gás no país é de 6.707 quilômetros.

Sua atividade no setor de GNV trouxe para esse mercado relevantes avanços nas respectivas áreas de concessão. Da mesma forma, o desempenho da Gas Natural Serviços com a venda e instalação de aquecedores e com a assistência domiciliar ajudou a garantir a aplicabilidade das normativas vigentes e a preservar a segurança de seus clientes, que hoje já são mais de 27.000.

A estratégia da Gas Natural Fenosa no Brasil está baseada na universalização do gás natural nas suas áreas de concessão, visando ampliar a rede de gás. Em 2014, a Gas Natural Fenosa Engineering Brasil, outra empresa do grupo, especializada em realizar obras para construção de gasodutos, começou a operar em São Paulo.

Os resultados obtidos pelas empresas da Gas Natural Fenosa permitiram que, mais uma vez, ela se mantivesse entre as 100 maiores no Brasil.

Destaques e Prêmios recebidos em 2014:

Em mais um ano, a Companhia conquistou premiações e o reconhecimento pelos seus projetos inovadores. Merecem destaque:

• Prêmio TOP Gás 2014 – Prêmio Petrobrás de Reconhecimento às Distribuidoras de Gas Natural:

• Categoria Responsabilidade Social:

A Companhia foi a grande vencedora dessa Categoria com *case Jovens na Cozinha* apresentado pela área de Comunicação e, foi finalista com o *case Conciliação da Vida Pessoal e Profissional para retenção de talentos*, apresentado pela área de Recursos Humanos.

• Categoria Responsabilidade

Ambiental: A Companhia foi a grande vencedora nessa categoria com o *case Futuro no Meu Jardim*, projeto iniciado em 2010 com apresentação de peças teatrais educativas em instituições de ensino infanto-juvenil;

• Categoria Segurança: A Companhia foi finalista com o *case* elaborado pela área de Operações, que apresentou as ferramentas que estão levando a empresa a aplicar o seu *Plano de Compromisso com a Segurança e a Saúde*, e também, os seus objetivos: mudança de cultura e acidente zero.

• Categoria Relacionamento com clientes: A Companhia foi a grande vencedora na categoria Relacionamento

com clientes do Prêmio Petrobrás de Reconhecimento às Distribuidoras de Gas Natural – Top Gás 2014. No seu *case Paixão pelo Serviço* a CEG RIO apresentou sua campanha Paixão pelo Serviço, projeto implantado em 2012, que visa promover melhorias operativas, eficiência, integração, garantir a qualidade no atendimento e que envolve todas as áreas da empresa.

• XIV Prêmio ABT (Associação Brasileira de Telesserviços):

• O *case Paixão pelo Serviço* elaborado pela área de Serviço a Clientes – projeto implantado em 2012, que visa promover melhorias operativas, eficiência, integração, garantir a qualidade no atendimento e que envolve todas as áreas da empresa – foi vencedor na categoria de relacionamento com o cliente;

• O *case Siga Essa Ideia*, elaborado pela área de Comunicação, foi vencedor na categoria Mídias Sociais e Internet e recebeu o Troféu Destaque na Categoria Redes Sociais;

• Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos (ESARH) – O case Conciliação da Vida Pessoal e Profissional para

retenção de talentos foi vencedor recebendo a medalha de ouro na categoria Gestão de Pessoas.

• Fundação COGE (Comitê de Gestão Empresarial) – O case Conciliação da

Vida Pessoal e Profissional para retenção de talentos também foi vencedor nesta premiação voltada para empresas do segmento energético, na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas.

• Prêmio MasterInstal do Sindicato da Indústria de Instalação e da Associação Brasileira pela Conformidade e Eficiência das Instalações, em parceria com a GARRIDO MARKETING, é o maior evento de premiação do setor de instalações. A Ceg foi vencedora em três projetos apresentados pela área de Gestão de Redes: Exploração Tecnologia de Monitoramento reflete Responsabilidade; Gestão de Ativos MP2 – Projeto Melhora da Produtividade e Normativa e Desenho de Rede Cavaletes de Regulagem de Cobre para Instalações Residenciais e Comerciais de Gases Combustíveis;



Evolução da Atividade da Ceg

Clientes captados no ano: As altas, por gestão comercial, acumuladas totalizaram 40.749 frente às altas de 36.937 clientes realizadas no ano anterior, sendo 40.042 clientes residenciais, 693 comerciais, 6 industriais e 8 postos de GNV. Devido à maior atividade comercial, as captações foram 10% superiores ao mesmo período de 2013. No período houve o incremento líquido (altas menos baixas) de 24.664 clientes, número 23,5% superior se comparado ao ano passado. Desta forma, este índice aponta o desempenho da gestão comercial na captação de novos clientes, sendo certo que o resultado obtido é traduzido pelo número do incremento líquido de clientes.

Total de clientes: O número total de clientes da companhia em 2014 soma 842.920 clientes, havendo um aumento de 3% com relação a 2013, quando a Companhia encerrou o ano com 818.256 clientes. Desta forma, a Companhia manteve o ritmo de crescimento observado com relação ao ano anterior.

Vendas: As vendas médias diárias totais de gás natural atingiram 14.758,9 mil metros cúbicos, resultado 23,6% acima do ano anterior. Esse impacto positivo se

deu em razão do aumento de 37,7% das vendas para geração elétrica, que atingiu o total de 10.567,9 mil metros cúbicos por dia, em 2014. Já as vendas diárias de gás para o mercado convencional – excluídas as vendas para geração elétrica – que totalizaram 10.481 mil metros cúbicos por dia, apresentaram queda de 1,8% em relação ao ano anterior em todos os segmentos. A exceção foi o segmento comercial, que teve aumento de 2% das vendas, observando-se que se tornou mais competitivo com tarifas reduzidas em relação ao quinquênio anterior.

Investimentos: Foram investidos R\$ 228.641 mil de janeiro até dezembro de 2014 frente a 174.972mil investidos no ano anterior, ou seja, montante 30,7% superior ao mesmo período do ano passado. A maior parte dos investimentos foi direcionada para Conversão e Renovação de Redes com 42,8% do total. Os investimentos em Expansão de Redes representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos que são compostos também, em pequena parte, por Tecnologia da Informação, Frota de Veículos e Instalações, tendo sido concluída a transferência da sede administrativa da Companhia do bairro de São Cristóvão para o Centro da Cidade.

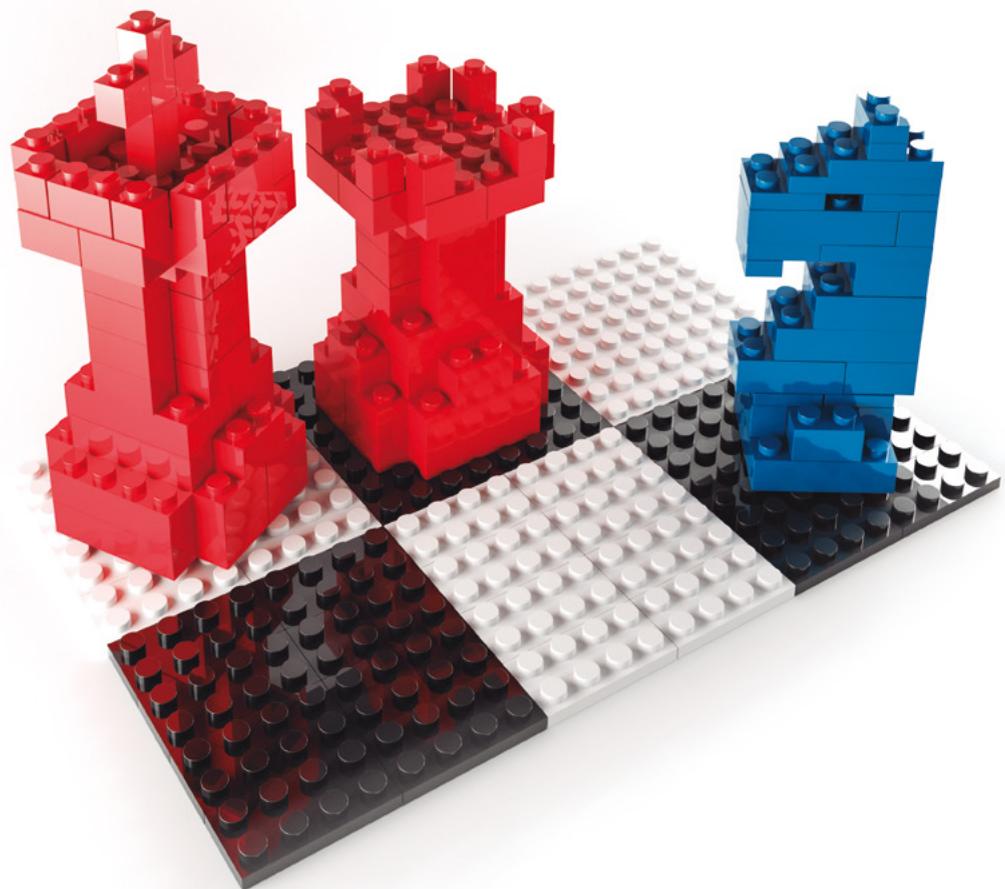


● ● Resultado Operacional

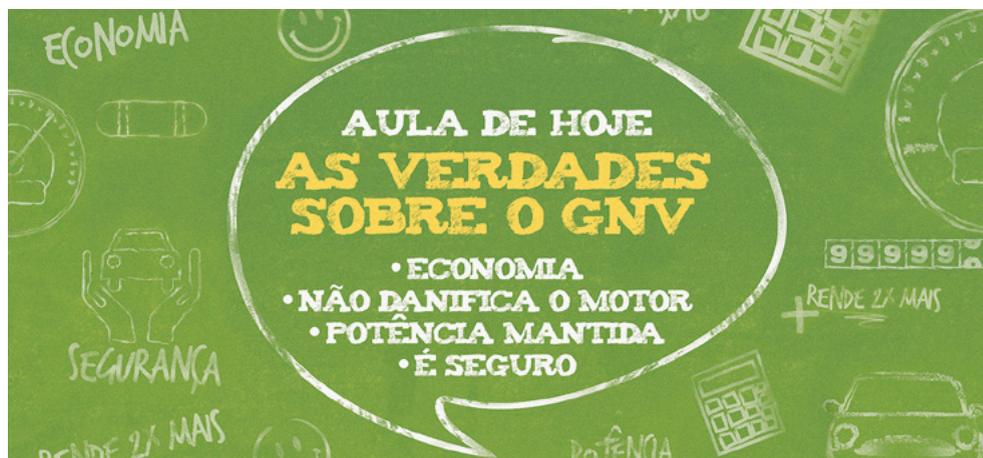
20 Atividade Comercial

24 Serviço a Clientes

26 Atividade Técnica e Operações



Atividade Comercial



Atualmente a Ceg realiza sua atividade de distribuição de gás natural em 17 municípios com rede de gás natural canalizado na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, atendendo aos mercados residencial, comercial (que inclui pequenos e grandes comércios); industrial, postos de gasolina (com o gás natural veicular – GNV) e às termelétricas.

São eles: Belford Roxo (com mais de 3,3 mil clientes); Duque de Caxias (com mais de 4,5 mil clientes); Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita e Nilópolis (com cerca de mais de 2,5 mil clientes); Niterói (com mais de 37 mil clientes); Nova Iguaçu (com mais 4 mil clientes); Paracambi e Queimados (com cerca de 240 clientes); Rio de Janeiro (com mais de 774 mil clientes); São Gonçalo (com mais de 15 mil clientes) e São João de Meriti e Seropédica (com cerca de 200).

O município de Japeri já possui rede de gás canalizado, cuja atividade de distribuição de gás natural já está pronta para ter início, mas ainda não existem clientes ligados à rede.

Na área de concessão da Ceg, somente o município de Maricá é abastecido pelo sistema de gás natural comprimido (GNC), estando previsto o atendimento ao município de Mangaratiba também por este sistema.

Municípios atendidos	2014
Com rede de gás canalizado	17
Com GNC	1
Total	18

Em todos esses municípios, a Ceg atingiu em 2014 o total de 842.920 clientes, o que representou um aumento de 3% em comparação com o exercício anterior, quando o total de clientes era de 818.256. Assim, a Companhia chegou ao final do exercício de 2014 com 24.664 novos usuários em toda a sua área de concessão.

O aumento do número de clientes se deu em maior parte no segmento residencial, no qual já são atendidos mais de 763 mil clientes só na cidade do Rio. A região da Baixada Fluminense teve um aumento de 2.467 clientes residenciais atendidos, somando em 2014 um total de 14.150 clientes residenciais utilizando os benefícios do gás natural canalizado. A região de São Gonçalo e Niterói foi a que apresentou maior número de novos clientes residenciais, passando de 48.080 em 2013 para 52.944 o número de residências atendidas com gás natural canalizado em 2014. Um aumento de quase 5 mil novas residências atendidas neste período, nesta região.

Por meio da Tarifa Social MCMV (Minha Casa Minha Vida) foram atendidos 3.648 novos clientes em 2014, um aumento de 36% se comparado a 2013. Assim, já são 7.384 clientes atendidos no programa de tarifas diferenciadas em 2014.

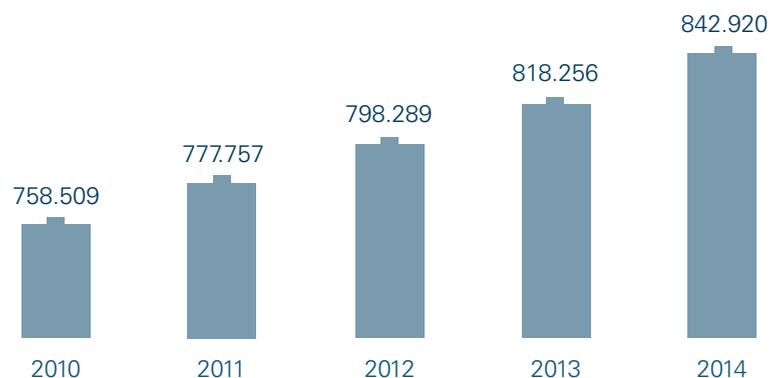
A Companhia encerrou o ano com 266 clientes de grande comércio e 10.455 de pequeno comércio.

Na comparação com o ano anterior, o mercado industrial apresentou uma pequena redução de 0,3%, no número total de clientes deste segmento.

No segmento de GNV (Gás Natural Veicular), houve incremento de 0,5% no número total de clientes, fechando 2014 com 446 postos de GNV.

Número de Clientes	2014	2013	Varição%
Residencial	831.430	807.007	3%
Comercial	10.721	10.481	2,3%
Industrial	320	321	-0,3%
Geração Elétrica	3	3	0%
GNV	446	444	0,5%
Total	842.920	818.256	3%

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas de gás

Em 2014 a Companhia vendeu um total de 14.758,9 Mm³/dia de gás natural, ou seja, 23,6% a mais do que no ano anterior, quando as vendas de gás diárias somaram 9.031 Mm³/dia de gás natural. Esse aumento se deu, sobretudo, em razão das vendas para o mercado termelétrico.

Vendas convencionais

No segmento residencial, a Companhia manteve suas ações comerciais iniciadas em 2013, como ofertas, campanhas publicitárias em áreas de expansão, programa de incentivo e treinamentos para colaboradores da área de vendas. Contudo, apesar destes esforços e dos novos 24.423 clientes atendidos neste segmento, em 2014, o volume de vendas da Companhia sofreu uma redução de

3%, impactado pelas altas temperaturas verificadas. Como o ano de 2014 foi reconhecido como o ano mais quente da história – desde que as temperaturas começaram a ser medidas – esta queda pode ser considerada pequena, afetada diretamente pela escolha das pessoas por alimentos e banho frios, mais adequados ao calor.

No segmento comercial houve crescimento de 2,0% no volume de vendas totais de gás natural, com relação ao ano anterior, devido à redução de tarifas que resultou em maior competitividade no mercado.

A redução de 3% nas vendas totais de gás natural no segmento industrial é resultado do encerramento das atividades do cliente

petroquímico GPC Química. Por outro lado, vale destacar que desconsiderando o segmento petroquímico, as vendas dos demais segmentos industriais alcançaram um incremento de 2,3% frente a 2013.

No mercado de GNV as vendas da Companhia apresentaram redução de -1,1% em comparação com o ano anterior. Levando-se em conta a redução de 2,3% no volume de vendas apuradas em todo o Brasil para o segmento de GNV (de acordo com a ABEGÁS), o resultado da Companhia pode ser considerado bastante positivo. Para 2015, a Companhia espera recuperar essas vendas por meio de campanhas publicitárias e ações de fidelização para os atuais clientes do produto e ainda em razão do aumento do preço de outros combustíveis, como a gasolina.

Nesse sentido, a Companhia deu continuidade, em 2014, à campanha publicitária que esclareceu sobre os mitos relacionados à utilização do GNV com kit de 5ª geração e suas vantagens econômicas frente aos demais combustíveis, para incentivar o número de conversões e consequentemente as vendas do GNV. A campanha também foi veiculada em rádios, mobiliário urbano, outdoors, painéis especiais sobre economia, monitores de TV em ônibus, revista, jornal, taxisdoor e mídia moto com áudio. O objetivo foi mudar a cultura do usuário final, além de comprovar que o consumo de GNV é uma decisão inteligente por não prejudicar o motor do veículo, aumentar o tempo entre as manutenções, ter rendimento superior, ser menos poluente e ser um combustível seguro.

Dando continuidade ao Programa Selo Oficina 10, as doze oficinas certificadas em 2013 passaram pelo processo de reauditorias ao longo do ano de 2014, pelo Centro Tecnológico do Gás – CTGÁS, que é o responsável pela certificação patrocinada pela GNF.

Outra medida voltada para o incremento das vendas de GNV foi a continuidade da Campanha Frotas. Por meio desse programa, as empresas que tenham convertido pelo menos 02 veículos pelas oficinas certificadas pelo Programa Selo Oficina 10 ou no mínimo 05 veículos convertidos pelas oficinas credenciadas pelo INMETRO e que fizeram a instalação do kit de 5ª geração no ano de 2014, receberam bônus de abastecimento de GNV.

De acordo com os resultados do DENATRAN, houve incremento de 5,36% da frota de GNV na área de concessão da Ceg, em relação ao ano anterior.

Vendas para Geração Elétrica

Em 2014, as vendas de gás e de acesso de terceiros à rede (ATR) para as termelétricas do Rio de Janeiro, situadas na área de concessão da Ceg, registraram um aumento de 37,7% em comparação com o ano anterior. O fato foi consequência do reduzido nível dos reservatórios de água, que se mantiveram abaixo dos registrados em 2013, o que aumentou a necessidade de acionamento das térmicas, o que se deu praticamente ao longo de todo o ano de 2014.

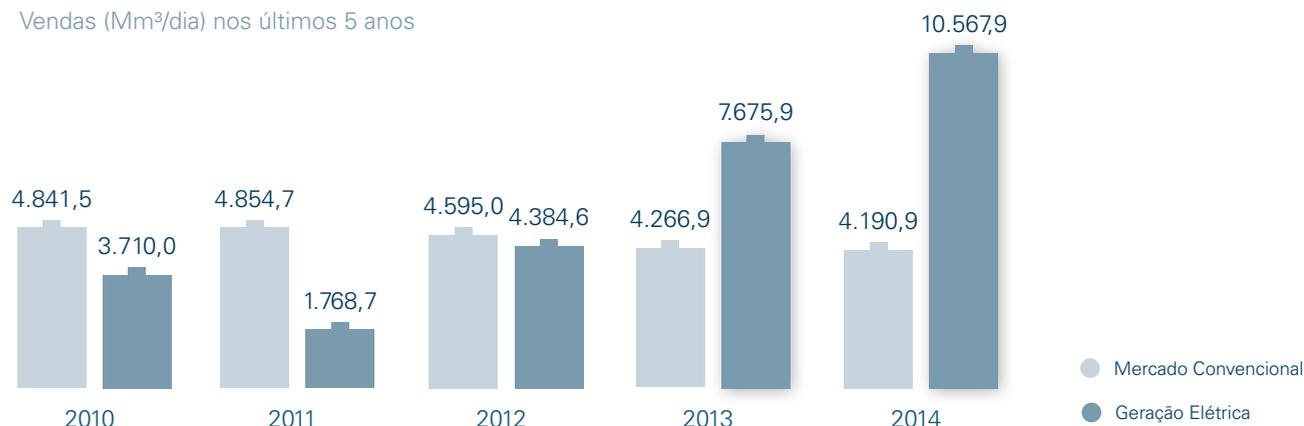
O despacho das térmicas no período ficou em torno 10,6 Mm³/dia, quando em 2013 foi de cerca de 7,7 Mm³/dia.

Em janeiro de 2014 foi iniciada a prestação do serviço de distribuição de gás natural à UTE Baixada Fluminense, com capacidade instalada de 530 MW, na modalidade de cliente livre.

Vendas (mil m³/dia)	2014	2013	Varição(%)
Residencial	304,5	313,9	-3,0
Comercial	243,7	239,0	2,0
Industrial	1.519,9	1.566,9	-3,0
GNV	2.122,8	2.147,1	-1,1
Total do mercado convencional	4.190,9	4.266,9	-1,8
Geração Elétrica	10.567,9	7.675,9	37,7
Total	14.758,8	11.942,8	23,6

Evolução do volume de vendas

Vendas (Mm³/dia) nos últimos 5 anos



Contrato de fornecimento de gás

Em agosto de 2013 foi firmado o Aditivo nº 9 ao contrato vigente de fornecimento de gás de longo prazo com a Petrobrás, com prazo de vigência até 31.12.2019, que permaneceu inalterado ao longo de 2014.

As modificações introduzidas por este aditivo são: alteração das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) referentes à modalidade Firme Inflexível; extinção da modalidade de Fornecimento Interruptível, a partir de agosto de 2013, e atualização do valor estimado do Contrato. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas e vigentes.

Revisão de Tarifas para o Quinquênio 2013-2017

As tarifas de gás canalizado vigentes para o quinquênio de 2013-2017 começaram a ser aplicadas em 01 de janeiro de 2014, através da publicação da Deliberação AGENERSA nº 1.881.

Em 5 de maio de 2014 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 2.035 de 28 de abril de 2014, concluindo o Processo Regulatório da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária. Nesta última etapa, foram julgados os recursos interpostos pela Concessionária. A

Revisão Tarifária do Quinquênio 2013-2017, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa) apresenta uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757% e o plano de investimentos proposto pela Concessionária, além de aprovar o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Companhia e estabelecer uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio 2008-2012. Como resultado para o quinquênio vigente, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99% e uma redução adicional, pelo fator de retroatividade, aplicado às margens de 2014 a 2017, de -3,60%.

Em 01 de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que permitiu que a Concessionária atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento aos municípios de Mangaratiba e Maricá, através de GNC ou GNL.

Serviço a Clientes



Melhora dos indicadores e reconhecimento externo

Mantendo o foco na satisfação do cliente, a Companhia implantou novos projetos e ações que geraram resultados positivos e consolidaram ainda mais a imagem de excelência no atendimento ao cliente, durante o ano de 2014.

Foram desenvolvidas e implantadas diversas ações operativas para melhorar na qualidade do atendimento telefônico, tal como a implantação da célula de variação de consumo, onde com a qual a empresa selecionou e capacitou um grupo de atendentes que passou a responder apenas às ligações de clientes que questionavam o valor da fatura. Com essa ação, houve uma redução de 26% do volume de contatos de informação e 38% dos chamados relativos à reclamação de consumo. Outro índice que melhorou foram os atendimentos resolvidos no primeiro contato, que subiu de 9% para 58%.

O Projeto Fórum de Escuta que funciona desde 2012 – no qual comitês quinzenais formados por colaboradores das áreas Operativas da Companhia analisam os atendimentos do call center e propõem ações de melhorias de processos – teve um aumento na quantidade de ligações monitoradas em 2014. A partir dessa análise, os comitês identificam mudanças que devem ser realizadas para que a experiência do cliente com a empresa seja mais positiva.

A Companhia diversificou também os canais de contato com o público, estabelecendo um diálogo mais próximo aos seus consumidores, através de seus perfis no Facebook, Twitter, Instagram, YouTube.

Além disso, foi implantada, ao final de outubro de 2014, através do site da Companhia, a Agência Virtual, proporcionando mais agilidade e segurança, com diversos serviços e

facilidades para os clientes. Mesmo sem uma ampla divulgação deste serviço, em dois meses foram cadastrados 19.195 clientes e foram registrados mais de 60 mil acessos.

Também foi mantido o serviço de atendimento aos portadores de necessidades especiais e o recebimento de faturas em braile, para clientes portadores de deficiências visuais.

O sistema de atendimento móvel viabilizou a prestação de serviços presenciais a clientes residenciais localizados em municípios que ainda não dispõem de agências.

Por meio do projeto Diálogo Aberto, a empresa fortaleceu sua parceria com as instituições de amparo e defesa do consumidor e melhorou os prazos de atendimentos participando de eventos como o Procon Carioca (Municipal), Procon Estadual e do Jornal Extra.

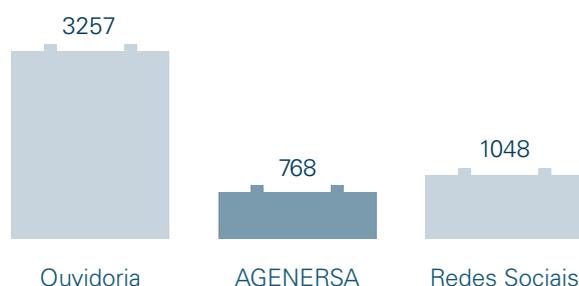
Com foco em todos os perfis de clientes, foram realizados eventos em condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, onde, além da distribuição de folhetos explicativos com dicas de segurança e de consumo, foi oferecido atendimento personalizado aos clientes, esclarecendo dúvidas sobre a utilização do gás canalizado e parcelamento de dívida com condições diferenciadas.

Ao longo do ano de 2014, foi realizada uma gestão eficiente das baixas de clientes. Através das ações de retenção de clientes, tais como: “Equipe específica no BackOffice para tratar os atendimentos de retenção de baixa de forma diferenciada”; “Treinamento com foco na retenção de cliente, buscando a forma

mais eficaz de se comunicar considerando as características daquele cliente” e; “Relacionamento com determinadas imobiliárias”. O número de retenções no ano (6.069) teve um aumento de 52% se comparado com o resultado de 2013 (3.983), colaborando para o incremento líquido de clientes.

A Oficina de Garantia de serviço ao cliente atendeu, em 2014, 5.073 clientes, por meio da sua Ouvidoria, redes sociais e da Agenersa, atingindo 100% dos indicadores da Qualidade em relação aos prazos de resposta da Ouvidoria e Agenersa. Houve uma redução de 10,5% nas ocorrências (reclamações) junto à Agenersa e um aumento de 53,9% nos atendimentos via Redes Sociais.

Atendimentos realizados



(*) Redes sociais: *facebook*, *twitter* e site Reclame Aqui.

Em 2014 reduzimos em 26% o total de reclamações em relação ao ano anterior, através das ações da campanha Paixão pelo Serviço, projeto implantado em 2012, que visa promover melhorias operativas, eficiência, integração, garantir a qualidade no atendimento e que envolve todas as áreas da empresa.

Ainda com foco na segurança do serviço prestado e a regularização do consumo

dos clientes, foram intensificadas as atividades para detecção de anomalias e irregularidades, substituindo 29.899 medidores obsoletos pelo Projeto Parque de Medidores e 5.020 medidores pelas campanhas realizadas pelo setor de Controle de Regularização de Clientes-CRC. Esses serviços visam garantir a capacidade metrológica do equipamento para que o consumo apurado seja justo para o cliente e para a empresa.

Atividade Técnica e Operações



Em 2014 foram executadas importantes ações técnicas que ampliaram e otimizaram o fornecimento de gás na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Foram construídos 16,0 km (7,1 km em 2013 e 8,9 km em 2014) de um total de 20,8 km da rede de aço carbono de alta pressão AP-16 bar, referente ao projeto *Gasoduto Presidente Kennedy*, que é um reforço do anel metropolitano do Rio de Janeiro, para o abastecimento de indústrias e postos de GNV da zona oeste do município.

Além disso, deu-se início ao projeto Reforço Campo Grande através do qual serão construídos 6,7 km de rede de aço carbono de alta pressão AP-12 bar com o objetivo de reforçar o abastecimento no anel metropolitano do Rio de Janeiro.

Foi remanejado um total de 5,3 km de redes de aço carbono de alta pressão AP-16 bar e de redes de polietileno de média pressão MP-4 bar, em diversos diâmetros, devido às obras da Transcarioca, da Transoeste, da Transolímpica, do Porto Maravilha e do Metrô Rio.

Dando prosseguimento ao programa de renovação de redes antigas da cidade, foram assentados 46.204 metros de canalizações e 1.323 ramais. Neste trabalho, a segurança foi um objetivo prioritário na linha de atuação da Ceg.

A Ceg manteve as valorações dos índices de segurança em muito positivas, medidas de acordo com as mais eficientes referências internacionais, e dentro dos objetivos fixados no início do ano pelo Grupo Gas Natural Fenosa.

Ainda em 2014 a Ceg concluiu o cronograma de instalação do sistema de monitoramento por telegestão de proteção catódica dos dutos de aço carbono (126 pontos). Atualmente são telegestionáveis 390 pontos de proteção catódica.

De 1998 até agora, a Companhia modernizou cerca de 961 km da rede. Parte dessa renovação - 862 km - foi feita por meio da substituição de dutos e 144 km através de aplicação de líquido selante.

Período	Renovação da Rede (extensão em metros)	Aplicação de líquido selante (metros)	Substituição de ramal completo (Nº de ramais)
2013	33.145	0	2.000
2014	46.204	0	1.323
Total (de 1997 a 2014)	861.642	144.000	35.500

A rede de distribuição de gás do Rio de Janeiro, que já foi modernizada, está dentro de padrões internacionais de segurança e de confiabilidade.

Parte dos investimentos realizados em renovação das redes de gás canalizado foi aplicada na modernização e renovação de estações de regulação e medição, nas quais não há histórico de acidentes. Todas são novas, blindadas, ventiladas, mapeadas e monitoradas pelo centro de controle da Companhia.

A Ceg possui ainda um sistema de detecção preventiva que inspeciona constantemente a rede de distribuição de gás da cidade. Através desse programa, define seu cronograma de manutenções e renovações.

Meio Ambiente

Alinhada às diretrizes e Política de Responsabilidade Corporativa do grupo Gas Natural Fenosa, a Ceg implantou, certificou e mantém desde 2012 um Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com a ISO 14001:2004, visando atender ao compromisso de desenvolver suas atividades com foco na preservação ambiental e na utilização eficiente dos recursos naturais.

Em 2014, a Ceg ampliou seu escopo de certificação passando a englobar não somente projetos e construção de redes de alta pressão, mas também as atividades de: planejamento, desenvolvimento e exploração das redes de distribuição de gás natural; atendimento ao cliente; faturamento e cobrança; serviço de pós venda; resolução de solicitações e reclamações, por canais tanto presenciais, como não presenciais e; comercialização de gás natural no mercado varejista.

Em função desse compromisso, a Ceg realizou em 2014 diversas atividades de educação ambiental. Foram ministrados treinamentos abordando as questões ambientais, realização de comunicados internos de conscientização quando ao consumo consciente dos recursos naturais, descarte correto de resíduos, biodiversidade e redução de emissões atmosféricas.

Também neste sentido foi realizado em 2014 o desenvolvimento do sistema de monitoramento do abastecimento e gerenciamento da frota com o objetivo de incentivar a redução no consumo de combustíveis, realizar manutenções preventivas, promover a condução eficaz dos veículos visando reduzir o nível de emissão de poluentes na atmosfera.

Inspecões ambientais: Em 2014, foram realizadas 11 inspecões ambientais com a finalidade de avaliar o atendimento aos requisitos legais aplicáveis nas unidades administrativas da Ceg em cumprimento aos requisitos do Sistema Integrado de Gestão e em linha com a Política de Responsabilidade Corporativa da Gas Natural Fenosa.

Formações e Campanhas: Foram realizadas, durante o ano de 2014, 1065 horas de treinamentos relacionados ao

Meio Ambiente, além de comunicações internas através de e-mails, redes sociais e Newsletter interna.

Semana da Sustentabilidade: Em referência ao dia Mundial do Meio Ambiente, tendo como público alvo os colaboradores da Companhia, foi realizada uma ação de conscientização quanto às questões ambientais, gerenciamento de resíduos e biodiversidade, seguido de trilha no Parque Nacional da Tijuca, em parceria com o Instituto Moleque Mateiro.

Além disso, em 2014, a Companhia manteve o sistema de remediação ambiental das áreas nordeste e sudeste do terreno onde está instalada a sua equipe operacional, implantado desde 2004, visando recuperar o solo e a água subterrânea contaminados pelo antigo processo produtivo de gás manufacturado, que foi substituído pela distribuição de gás natural – combustível mais limpo.

Segurança

Índices de Acidentabilidade

Em 2014, a segurança foi prioridade na atuação da Companhia. Os indicadores de acidentabilidade das empresas do grupo estão apresentados na tabela a seguir:

Índices	Objetivos da GNF* no mundo	Indicadores da GNF* Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤ 1,85	0,00
Acidentes do Trabalho – mortais	0	0
Sistema de Distribuição - valoração	≥ 8,0	10,0

*GNF – Grupo Gas Natural Fenosa

Acidentes no sistema de distribuição

de gás natural: não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural e consequentemente não houve vítimas, permitindo fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

Acidentes do Trabalho: Quanto aos índices de acidentabilidade, o aspecto de frequência ficou em 0,00, pois não houve acidentes com afastamento no período.

Outro ponto em destaque foi à manutenção da certificação das empresas da Gas Natural Fenosa no Brasil pela empresa Certificadora AENOR, na OHSAS 18.001 (Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho).

Outros fatos relevantes

• **Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde:** A Companhia deu continuidade à implantação do Plano Compromisso com a Segurança e a Saúde, que visa proporcionar uma mudança qualitativa na cultura da segurança na empresa, mediante um enfoque, baseado nos comportamentos individuais seguros e, na identificação e antecipação de situações de risco para os próprios colaboradores. O plano está sendo implantado através da Equipe Central de Projetos (ECP) e pela Alta Direção com ações voltadas para colaboradores, liderança e empresas prestadoras de serviço. Com a execução completa do plano, prevista para 2015, se espera conseguir que todos os colaboradores atuem considerando que a segurança é uma prioridade e que não deve haver tolerância com atos inseguros no ambiente da empresa.

• **A cultura preventiva, também na cadeia de valor:** A importância do trabalho realizado pelas empresas prestadoras de serviço exige que a Companhia possa estender para elas a mesma cultura de prevenção com a qual desenvolve as suas próprias atividades. A extensão da cultura de prevenção baseia-se principalmente no acompanhamento do desempenho das empresas colaboradoras. Assim, a Ceg procura acompanhar eventuais acidentes que possam ocorrer com os colaboradores das empresas prestadoras de serviços, e para isso, desenvolveu ferramentas de monitoramento dos acidentes. Além disso, a Ceg exige que seus fornecedores e as empresas colaboradoras certifiquem que seu pessoal próprio tenha recebido formação específica em segurança e prevenção de riscos trabalhistas para a execução de serviços que serão prestados à Companhia. Eventualmente a Companhia também realiza atividades



Transmitir segurança está em sua natureza

A segurança é um princípio presente em cada uma das nossas atividades.

Proporcionar segurança é inato em você, e é feito de forma natural.

Por isso, na Gas Natural Fenosa, **você** marca a diferença.

gasNatural
fenosa

Está em você

Eficiência | Bem-estar | Inovação | Proximidade | **Segurança**



Resultados Financeiros

- 32 Recursos Investidos
- 33 Sumário Financeiro
- 34 Remuneração aos acionistas
- 34 Financiamentos
- 35 Panorama Tributário



Recursos Investidos



De janeiro a dezembro de 2014, foram investidos na operação da Companhia R\$ 228.641 mil, montante 30,7% superior ao mesmo período do ano anterior, no qual o total dos investimentos operacionais foi de cerca de R\$ 174.972 mil.

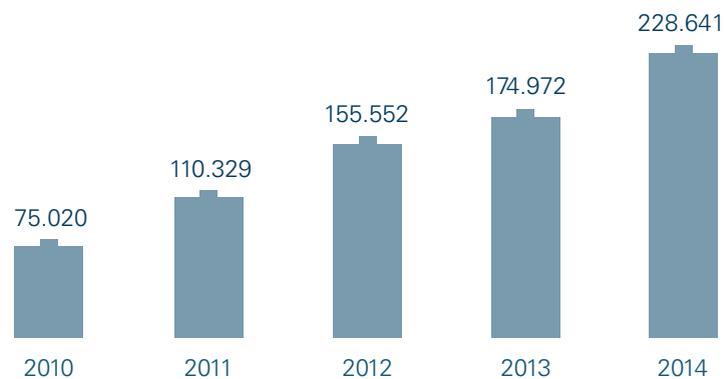
A maior parte desses investimentos, no montante de R\$ 97.917 mil (42,8% do total), foi direcionada para Conversão e Renovação de Redes. Os investimentos em Expansão de Redes num total de R\$ 94.566 mil representam quase a totalidade do restante dos outros investimentos que são compostos também, em menor parte (R\$ 36.158 mil) por investimentos em tecnologia da informação, frota de veículos e instalações.

Parte importante dos investimentos destinados às instalações decorreu da necessidade de transferir em 2014 a sede da Companhia que se localizava no Gasômetro, no Bairro de São Cristóvão, para novo endereço no Centro do Rio de Janeiro. Esta medida foi necessária

em razão das obras de revitalização da área portuária da cidade – Projeto Porto Maravilha da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Assim, a área atualmente ocupada pela Ceg em São Cristóvão foi reduzida e passou a concentrar apenas parte das equipes operacionais da empresa, e também vem recebendo investimentos para sua modernização.

Evolução dos Investimentos Operacionais

Investimentos Operacionais (R\$ mil) nos últimos 5 anos



Sumário Financeiro



Receita Líquida

As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 3.524.104 mil, o que representou um aumento de 13,03%, com relação a 2013, quando somaram R\$ 3.117.739 mil. Este resultado positivo decorreu do aumento na base de clientes e principalmente do incremento do volume de vendas para as termelétricas em razão da crise hídrica ocorrida no ano de 2014.

Lucro Bruto

O lucro bruto, em 2014, chegou a R\$ 940.108 mil, ficando abaixo em 10,47% em relação ao resultado obtido no ano anterior (R\$ 950.984 mil). Isso representa uma margem bruta de 26,68%; percentual inferior à margem apresentada em 2013 (30,50%), em razão da redução determinada no resultado da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária e do aumento do custo do gás verificado em 2014.

Lucro Operacional

A Companhia encerrou o ano de 2014 com um lucro operacional de R\$ 531.506 mil. Com uma redução de R\$ 12.772 mil frente a 2013, quando o lucro operacional foi de R\$ 544.278 mil. Este índice apresentou uma queda de 2,35% em comparação com o ano anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício, incluindo JCP, fechou em R\$ 320.928 mil no ano, o que representa redução de R\$ 20.330 mil, ou seja, 5,96% inferior a 2013.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2014	2013	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	3.524.104	3.117.739	406.365	13,03
Lucro bruto	940.108	950.984	-10.876	-1,14
Lajida (Ebitda)	630.805	645.875	-15.070	-2,33
Lucro operacional	531.506	544.278	-12.772	-2,35
Lucro líquido do exercício	320.928	341.258	-20.330	-5,96
Margem Bruta	26,67%	30,50%		-12,56

Lajida (Ebitda)

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM editou em 04/10/2012 a Instrução Normativa 527/2012 que dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil, denominadas Lajida (Ebitda) e LAJIR (EBIT). A Instrução determina os critérios para o cálculo do Lajida (Ebitda) com o objetivo de uniformizar a divulgação deste dado, melhorar a sua compreensão pelo mercado e, ao mesmo tempo, torná-la comparável entre as companhias abertas. Desta forma, os dados a seguir já estão adaptados à nova forma de cálculo determinada pela CVM.

Assim, o Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 630.805 mil do ano de 2014 foi inferior em 2,33% ao obtido em 2013. Esse resultado – que interrompeu um crescimento de 07 anos seguidos deste índice – é reflexo do impacto gerado pela redução das margens nas tarifas da Companhia (Determinada na 3º Revisão Quinquenal de Tarifas); pelo aumento do custo do gás verificado em 2014 e, pela redução do volume de vendas para o mercado convencional (em razão das altas temperaturas e da queda da produção industrial ocorrida em 2014).

LAJIDA	2014	2013	Variação (R\$)	Variação (%)
Lajida (R\$ mil)	630.805	645.875	-15.070	-2,33
Lucro líquido do exercício	320.928	341.258	-20.330	-5,96
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	151.415	159.919	-8.504	-5,32
Resultado Financeiro	-59.162	-43.101	-16.061	37,26
Depreciação e amortização	99.299	101.597	-2.298	-2,26

Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) no início de 2014 foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento do des controle da inflação, o Banco Central alterou a política monetária, subindo a taxa Selic em consecutivos aumentos, passando a taxa de 10,00% para 11,75%, em dezembro de 2014.

A Companhia apresentou em 2014 um maior custo financeiro, impactado pela elevação da taxa Selic e principalmente

em função da elevação do endividamento, o que gerou maior gasto financeiro com dívida em decorrência dos investimentos realizados ao longo do ano. O endividamento financeiro da empresa, que era de 30,8% em 2013, subiu para 42,3% em 2014.

O resultado financeiro apresentou, em 2014, o valor negativo de R\$ 59.162 mil, frente ao valor negativo de R\$ 43.101 em 2013.

Remuneração aos acionistas

Em 26 de novembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, que será realizada em abril de 2015, o pagamento dos juros sobre capital próprio no valor de R\$ 36.356 mil, a ser pago em parcela única no mês de julho de 2015. O registro contábil do benefício foi efetuado no dia 22 de dezembro de 2014, data que determinou o direito ao benefício.

Dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 42.841 mil foram registrados de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia, o qual estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

O saldo remanescente, no valor de R\$ 237.592, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas de abril de 2015, que deliberará sua retenção ou sua distribuição aos acionistas.



Financiamentos

Ao longo de 2014 a Companhia manteve a estrutura de financiamentos necessários à realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes de empréstimos com taxas variáveis (indexadas ao CDI).

A Companhia apresentou um projeto de financiamento ao BNDES referente aos investimentos necessários para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento foi destinado aos projetos de expansão e saturação comercial e substituição da rede de distribuição de gás natural em municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 398 milhões. O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 239 milhões (correspondente a 60,0% dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato foram realizados até 2013, sendo o primeiro programado para o 1º trimestre de 2011 e o último ocorreu em fevereiro de 2013, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a Ceg mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Em 2014, a meta foi a manutenção da busca contínua das melhores condições de financiamento.



Panorama Tributário

Neste ano, em atendimento à Instrução Normativa 1.277/2012, da Receita Federal, foi concluída a implantação do SISCOSERV - Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras operações que produzam alteração no patrimônio.

Assim como nos anos anteriores, a Companhia vem buscando a automatização dos processos de apuração dos tributos e do cumprimento das obrigações acessórias, com objetivo de aumentar a eficiência e a confiabilidade das informações produzidas. Desta forma, em 2014 foi implantado programa capaz de extrair

dados constantes nos sistemas da Companhia para envio à Secretaria de Receita Federal, gerando, de forma automática, as informações necessárias para cumprimento da obrigação acessória DIRF - Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.

A Ceg busca constantemente a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na legislação tributária vigente.

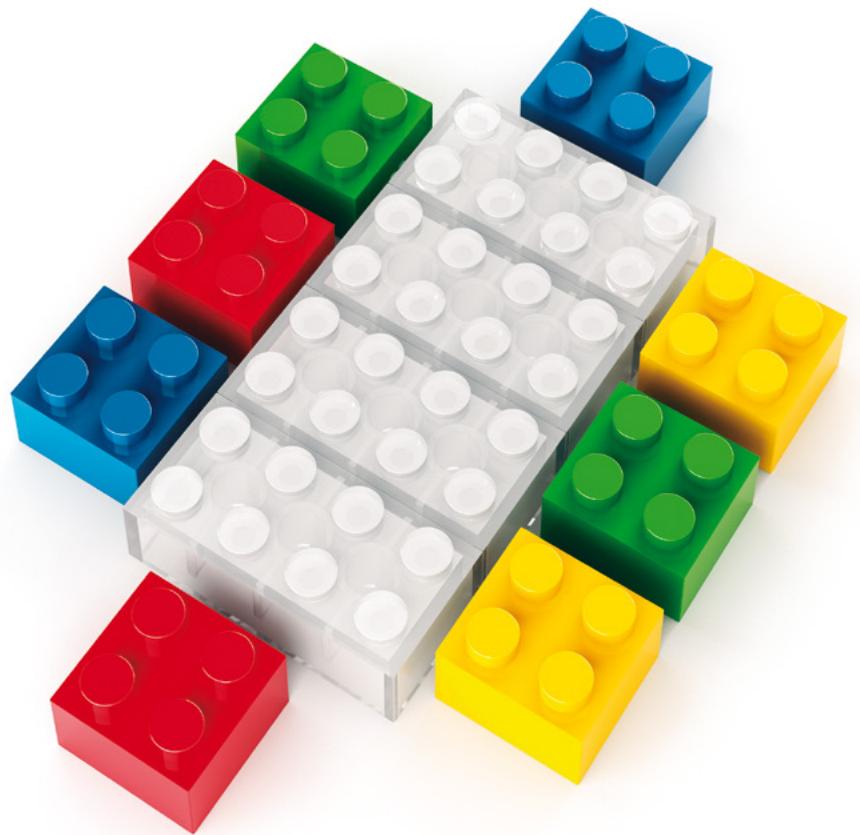
CEG	2014	2013	Variação %
COFINS	69,41	77,28	-10,18
PIS	15,07	17,64	-14,57
IRPJ	127,05	100,4	26,54
CSSL	48,38	43,77	10,53
IOF	1,6	0,96	66,7
AGENERSA	14,79	14,44	2,42
ICMS	157,52	160,97	-2,14
IPVA	0,12	0,14	-14,29
IPTU	0,07	0,09	-22,22
ISS	1,47	1,23	19,51
Total (MBRL)	435,48	416,69	4,07



Valor gerado para sociedade

38 Responsabilidade Social Corporativa

41 Relacionamento com a Sociedade



Responsabilidade Social Corporativa

Para promover um entorno de trabalho motivador e desenvolver seus profissionais, a Ceg implantou e deu prosseguimento a programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e equilíbrio da vida pessoal e profissional para os colaboradores.



Principais indicadores	2014
Quadro de Pessoal/Número de funcionários	442
Homens/Mulheres (%)	60/40
Total de diretos*	38
Mulheres em postos diretos	12
Gastos de Pessoal (R\$)	97.595.803
Horas de treinamento por empregado	56
Investimento em formação anual (R\$)	1.620.341

*Diretores e gerentes

A Companhia conquistou o certificado de manutenção EFR (empresa familiarmente responsável), que reconhece a Gas Natural Fenosa como líder na qualidade de emprego, flexibilidade e estímulo à vida social dos colaboradores, assim como a sua formação e desenvolvimento profissional. Um resultado que potencializa uma cultura corporativa baseada no respeito e compromisso mútuo da empresa com seu quadro de funcionários.

Oportunidades de desenvolvimento

Com o objetivo de reforçar o compromisso da Ceg com o desenvolvimento profissional de seus funcionários, ampliando canais de comunicação para que empresa e colaboradores mantenham aberta a discussão sobre desenvolvimento e carreira, a empresa realizou a quinta edição do evento "Carreira em Foco".

Esta ação contou com especialistas em Recursos Humanos, que através de palestras, consultorias individuais e a divulgação de programas e políticas de gestão de carreira, mostraram aos colaboradores as ferramentas de desenvolvimento que a empresa disponibiliza para cada um e a melhor forma de utilizá-la.

Foram investidos R\$1.620.341 em mais de 49 mil horas de capacitação para funcionários e terceirizados.

Projetos relevantes desenvolvidos em 2014:

Gestão de Talentos: O Programa Gestão de Talento tem como objetivo apoiar as necessidades estratégicas do Grupo potencializando a cultura do desenvolvimento como base no modelo de competências que foi consolidado nos últimos anos. Esse modelo, denominado “Modelo de Liderança”, apresenta 24 competências distribuídas por níveis organizacionais e estruturadas em 3 pilares chave: Visão, Pessoas e Gestão. Em 2014 o coletivo de gestores que têm equipes de colaboradores sob sua responsabilidade passou pelo processo de avaliação 90° em conjunto com um programa de treinamento para líderes. O objetivo foi aprimorar as competências pertinentes ao seu nível, desenvolvendo ao final um plano de ação individual com foco em estratégias de crescimento profissional.

Programa Savia: Implementado um programa visando à ampliação das habilidades de gestão, a melhoria do desempenho e a eficiência das lideranças assim como estimular o compromisso e a motivação. Participaram da formação do Programa Savia os líderes que possuem gestão de equipes e foram formados com o objetivo de reforçar e ampliar as capacidades e habilidades de gestão e liderança, apoiar na padronização dos processos e disseminar a cultura da melhoria contínua.

Itinerários Formativos: Os itinerários são uma solução formativa personalizada, apresentada em um mapa de habilidades e conhecimentos. Cada itinerário é composto por 3 blocos: conhecimentos de contexto; habilidades e conhecimentos funcionais. Ao longo do ano teve continuidade a aplicação do Itinerário de

Gestor de Obra e também o de Gestão Comercial Excelente.

Universidade Estendida: A Universidade Estendida prevê treinamentos para fornecedores e contratadas com o intuito de apoiar na consecução dos objetivos, assegurando a formação dos fornecedores e garantindo a adequação aos padrões de qualidade, segurança e serviço da empresa. Em 2014 foram realizadas formações para os perfis de Instalador Predial, Soldador de Polietileno e Projeto SEBRAE (Capacitação de Fornecedores). No total foram 24.031 horas de formação para os colaboradores.

Programa de Mobilidade Interna: Continuou sendo potencializado o programa com o objetivo de promover a movimentação interna na empresa, aumentando com esse contingente a cobertura de vagas e obtendo uma ótima adequação pessoa-posto. O índice de vagas fechadas com colaboradores internos foi de 67%, sendo 40% de promoções e 60% de movimentações laterais.

Programa Bolsa de Estudos: Patrocina parte importante do investimento na educação. A Ceg promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores através de 15 bolsas de estudo fornecidas em 2014, totalizando 67 bolsas ativas neste ano, em cursos de graduação e pós-graduação, ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Programa Jovem Aprendiz: Em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), jovens de 14 a 21 anos foram formados no curso de Aprendiz em Ocupações Administrativas e com estágio de 11 meses nas diversas áreas da Cia. O Programa já está em sua 13ª edição.

Programa de Reconhecimento: A Ceg homenageou o empenho e a dedicação dos funcionários em projetos relevantes ocorridos ao longo do ano, assim como homenageou os funcionários que, após muitos anos de dedicação, se aposentaram pela empresa.





Qualidade de Vida: A empresa deu sequência às aulas do Coral, assim como locação de quadra de futebol. Datas comemorativas foram celebradas com a equipe, como Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Secretárias, Dia do Mestre, Dia das Crianças e Natal.

Compromisso com a Segurança e Saúde: Em continuidade ao Compromisso com a Segurança e a Saúde, foi realizado o curso de Liderança em Segurança, que tem como objetivo potencializar o compromisso individual com a segurança de todos os empregados da empresa. No ano de 2014 a formação foi finalizada, alcançando todos os empregados, com absenteísmo zero.

Café com a Direção: Uma oportunidade de aproximação com a direção da empresa, integração e troca de ideias. Os

temas são definidos pelos empregados, que possuem total liberdade de fazer perguntas de seu interesse para a alta direção da empresa .

Serviço de Atenção ao Empregado (SAE): Estabelece um novo modelo de relação com os funcionários, oferecendo três novos canais de relacionamento, uma ferramenta informática (sae.online), um serviço de atenção telefônica e e-mail exclusivo. Principais benefícios: aumento da satisfação com o serviço prestado, compromisso com prazos e qualidade das respostas, assim como aportar eficiência nos processos das áreas internas que dão serviço ao empregado.

Políticas de Benefícios: A Geg contou, no ano de 2014, com 25 tipos de benefícios entre os quais se destacam: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano

Odontológico, Auxílio Medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio Creche, Auxílio Excepcional, Vale Refeição, Cesta Básica, Empréstimos e Extensão da Licença maternidade de 4 para 6 meses.

A jornada de trabalho, exceto para os funcionários de serviços essenciais, realizou-se em horários flexíveis, tanto para a entrada quanto para a saída. Em todos os feriados que ocorreram às terças e quintas-feiras, os funcionários foram dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela empresa. Durante todo o ano, foi realizada a redução de jornada de trabalho em duas horas às sextas-feiras, mediante compensação ao longo do ano.

Relacionamento com a Sociedade



Cumprindo seu papel social e colaborando com a educação e formação de pessoas nos países onde atua, o Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil, em parceria com a Unilassale – instituição de ensino superior localizada em Niterói – criou em 2012, desenvolveu e continuou mantendo em 2013 e 2014 o **Projeto Jovens na Cozinha**. O programa financia a capacitação de jovens de baixa renda em profissionais aptos a atuar no mercado de alimentos e bebidas, setor que é dos mais aquecidos da economia local.

Em 2014, mais 16 alunos se formaram em cozinheiros internacionais pelo **projeto Jovens na Cozinha**. Todos têm entre 17 e 26 anos, pertencem a famílias com renda familiar de até três salários mínimos e já completaram o ensino médio ou estão em fase de conclusão. O projeto é custeado com recursos dos colaboradores voluntários das empresas do grupo Gas

Natural Fenosa, que doam um dia de salário ao ano, por meio do programa Dia Solidário. Todo o valor arrecadado é dobrado pela Gas Natural Fenosa.

Durante 2014 a Ceg patrocinou e foi parceira de diversos eventos e ações no seu entorno. Entre eles destacam-se, na área da gastronomia, o Rio Gastronomia 2014, que recebeu um patrocínio *master* para esse que é considerado o evento mais carioca do ano. O Rio Gastronomia vem crescendo a cada edição e já é o maior evento do país dedicado ao tema.

É um presente para a cidade e para o carioca. Reúne mais de 400 restaurantes, chefes renomados da cidade, promove a capacitação de profissionais do segmento e conta com mais de 6 mil pessoas envolvidas. Desenvolve ações de impacto como: o Prêmio Rio Show de Gastronomia, Cozinha Show, Circuito Rio Show

Gastronomia, Concurso Feijoadá Nota 10, Feira de Sabores & Rodada de negócios, Roteiro Gastronômico, entre outros.

A Ceg patrocinou ainda os Prêmios Ademi Rio e Ademi Niterói. A premiação reconhece profissionais e empresas do setor imobiliário que, com seu talento, contribuem para melhorar a qualidade de vida no Rio de Janeiro.

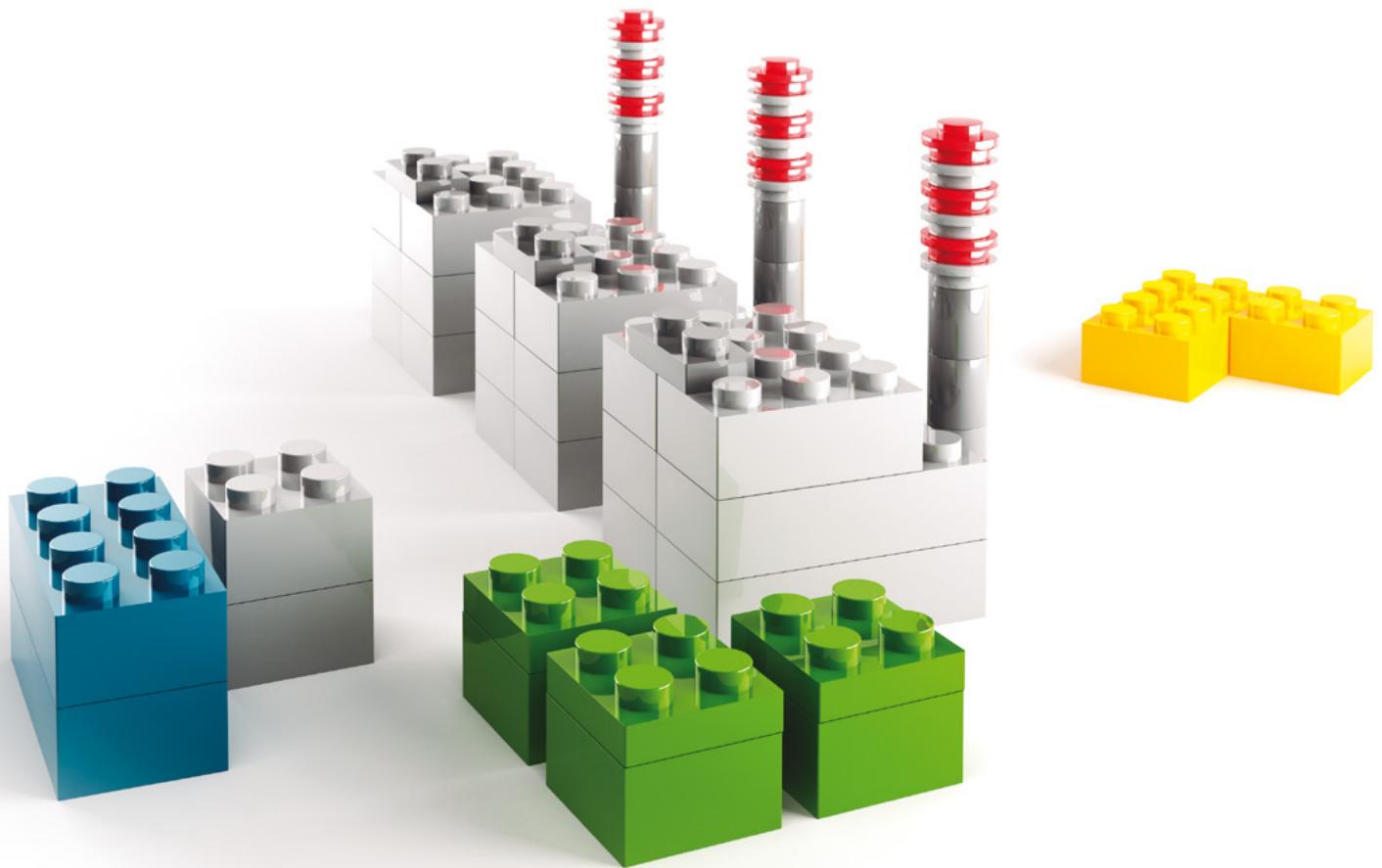
A Companhia também estabeleceu parceria com o Secovi RIO com quem promoveu encontros para aproximar administradoras, síndicos, imobiliárias e porteiros, com o objetivo de discutir e estudar temas ligados ao fornecimento de gás.



Desempenho Econômico-Financeiro

44 Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Contábeis

46 Demonstrações contábeis





Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da:
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada

apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos

de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2015.

Performance Auditoria e Consultoria
Empresarial S/S
CRC 2BA - 00710/O "S" RJ

José Renato Mendonça
Contador – CRC 1BA 9.749/O – 9 "S" RJ

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais

Ativo	2014	2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	50.136	56.791
Contas a receber de clientes (Nota 8)	489.762	388.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	(35.440)	(30.583)
Tributos a recuperar (Nota 9)	21.492	17.893
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	2.002	1.880
Adiantamentos a fornecedores	1.349	434
Cessão de crédito	4.083	2.284
Demais contas a receber (Nota 12)	2.327	1.965
Estoques	1.682	1.255
Despesas antecipadas	577	700
	537.970	441.165
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	93.494	95.097
Tributos a recuperar (Nota 9)	23.601	37.133
Demais contas a receber (Nota 12)	15.139	15.139
Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
Provisão para perdas sobre bens e direitos (Nota 13)	(920)	(920)
Depósitos judiciais (Nota 14)	95.527	86.606
Outros realizáveis a longo prazo	229	376
	227.990	234.351
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 15)	1.705.918	1.394.868
Diferido (Nota 16)	43.711	75.550
	1.977.999	1.705.149
Total do ativo	2.515.969	2.146.314

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante		
Fornecedores (Nota 17)	330.565	247.807
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	129.804	154.361
Concessão a pagar (Nota 19)	50.830	-
Obrigações trabalhistas	7.374	6.957
Tributos a recolher (Nota 20)	102.004	122.898
Obrigações com fundo de pensão (Nota 23)	12.138	11.415
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	579	257
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 22.2 (c))	75.249	80.225
Demais contas a pagar	5.540	3.621
	714.083	627.541
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	604.484	324.333
Tributos a recolher (Nota 20)	-	50
Obrigações com fundo de pensão (Nota 23)	104.755	124.985
Provisão para contingências (Nota 24)	78.193	71.013
Demais contas a pagar	19.819	46.668
Concessão a pagar (Nota 19)	50.830	-
	858.081	567.049
Total do passivo	1.572.164	1.194.590
Patrimônio líquido (Nota 22)		
Capital social	362.585	362.342
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	603.294	618.407
Ajuste de avaliação patrimonial	(24.268)	(31.219)
Total do patrimônio líquido	943.805	951.724
Total do passivo e patrimônio líquido	2.515.969	2.146.314

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	2013
Receita líquida (Nota 25)		
Venda de gás	3.267.318	2.910.766
Contratos de construção	165.418	141.393
Outras receitas	91.366	65.580
	3.524.102	3.117.739
Receitas (despesas) operacionais		
Compra de gás e de serviços	(2.418.580)	(2.025.362)
Custo dos contratos de construção	(165.418)	(141.393)
Pessoal	(92.588)	(86.296)
Utilidades, materiais e serviços	(20.401)	(18.432)
Serviços e outros gastos gerais (Nota 27)	(165.287)	(150.279)
Amortizações do intangível e diferido	(99.299)	(101.597)
Obrigações com fundo de pensão (Nota 23)	(4.860)	(10.354)
Outras, líquidas (Nota 28)	(26.164)	(39.749)
	(2.992.597)	(2.573.462)
Lucro operacional	531.505	544.277
Resultado financeiro (Nota 29)		
Receitas financeiras	26.058	20.154
Despesas financeiras	(85.220)	(63.255)
	(59.162)	(43.101)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	472.343	501.176
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)		
Do exercício	(152.840)	(166.510)
Diferidos	1.425	6.591
Lucro líquido do exercício	320.928	341.257
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares)	51.927.546	51.927.546
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	6,18	6,57

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	320.928	341.257
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/(Perda) atuarial de fundo de pensão (Nota 23)	6.951	23.808
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	6.951	23.808
Total do resultado abrangente do exercício	327.879	365.065

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 23.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

	Capital Social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
Em 31 de dezembro de 2012	359.909	2.194	71.981	292.796	214.132	-	(55.027)	885.984
Aumento de Capital	2.434	-	-	(2.434)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	341.257	-	341.257
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(214.133)	-	-	(214.133)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	23.808	23.808
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	487	-	-	(487)	-	-
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,6999 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(36.344)	-	(36.344)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 4,6988 por lote de mil ações)	-	-	-	-	255.578	(304.426)	-	(48.848)
Em 31 de dezembro de 2013	362.343	2.194	72.468	290.362	255.577	-	(31.219)	951.724
Aumento de Capital	242	-	-	-	-	-	-	242
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	320.928	-	320.928
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(242)	(255.578)	-	-	(255.820)
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	6.951	6.951
Destinação do lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	49	-	-	(49)	-	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 4,6345 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(36.356)	-	(36.356)
Juros sobre o capital próprio - mínimo obrigatório (R\$ 0,7001 por lote de mil ações)	-	-	-	-	240.659	(284.523)	-	(43.864)
Em 31 de Dezembro de 2014	362.585	2.194	72.517	290.120	240.658	-	(24.268)	943.805

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	472.343	501.176
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	99.299	101.597
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.476	42.392
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado	636.118	645.165
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(101.216)	(7.525)
Tributos a recuperar e diferidos	184.467	145.199
Estoques	(427)	508
Cessão de créditos	(1.799)	(1.050)
Outros ativos	(9.932)	6.369
Fornecedores	184.418	(18.324)
Obrigações trabalhistas	417	(57)
Tributos a recolher	(172.359)	(134.494)
Partes relacionadas	200	(1.282)
Obrigações com fundo de pensão	(12.556)	(15.063)
Outros passivos	(24.933)	25.305
Caixa proveniente das operações	682.398	644.751
Juros pagos	(39.366)	(33.133)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(172.931)	(144.174)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pagos	(4.969)	(5.676)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	465.132	461.768
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo intangível	(170.021)	(4.029)
Recebimento de venda de ativo intangível	(208.489)	(165.520)
Aplicações financeiras	-	953
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(378.510)	(168.596)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(67.477)	(69.892)
Ingressos de empréstimos	310.000	81.479
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(335.801)	(279.832)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(93.278)	(268.245)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.655)	24.926
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	56.791	31.865
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	50.136	56.791

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro
de 2014 e de 2013
Em milhares de reais

	2014	2013
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	4.044.338	3.640.257
Outras receitas operacionais	1.118	11.796
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(7.199)	(6.756)
	4.038.257	3.645.297
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de gás vendido e dos serviços prestados	(2.583.997)	(2.166.755)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(484.701)	(472.317)
	(3.068.698)	(2.639.072)
Valor adicionado bruto	969.559	1.006.225
Retenções		
Amortização	(99.299)	(101.597)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	870.264	904.628
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	26.930	22.496
Valor adicionado total a distribuir	897.194	927.124
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração direta	58.905	52.334
Benefícios	15.558	17.338
Honorários da diretoria	3.905	4.155
	78.368	73.827
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	258.451	288.766
Estaduais	141.941	142.793
Municipais	1.869	1.844
	402.261	433.403
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	86.092	75.545
Aluguéis	9.545	3.092
	95.637	78.637
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	36.356	36.344
Dividendos propostos	-	304.426
Lucros retidos	284.572	487
	320.928	341.257
Valor adicionado distribuído	897.194	927.124

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- providenciar, desde que haja disponibilidade de gás natural e não havendo negativa dos consumidores, a total conversão do sistema de distribuição para a utilização de gás natural, no prazo máximo de noventa meses, contados da assinatura do contrato, sendo que 25% das unidades residenciais e comerciais deverão estar aptas a ser abastecidas com gás natural até o final do quadragésimo oitavo mês (concluído);
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- substituir as garantias de natureza real e/ou as fianças, prestadas pelo Governo do Estado ou qualquer outra pessoa jurídica de direito público, em operações financeiras realizadas pela Companhia (concluído);
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- dar cumprimento às resoluções da Presidência da Companhia, anteriores ao contrato de concessão, relacionadas com os planos de incentivo à aposentadoria de empregados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e

- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.11 e 15).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é parte do grupo GAS NATURAL FENOSA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo-BOVESPA.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da Companhia em 13 de março de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando aplicável) mensurados ao valor justo.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e em consonância com os requerimentos do CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A seguinte nova interpretação de norma foi aplicável ao exercício de 2014:

OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 25.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". No ano, não houve ganho ou perda cambial relacionado com empréstimos ou caixa e equivalentes de caixa.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados em contas garantidas, quando aplicável. Essas contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial na rubrica de "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do

resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado e como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o

impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"), considerando os critérios descritos na Nota 2.6.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.8 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.9 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados

com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se

relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida

2.10 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente (vide Nota 14).

2.11 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos

ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época.

Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão.

Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 15).

(ii) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e

amortizadas pela expectativa de vida útil, limitada ao prazo de concessão (Nota 15).

2.12 Diferido

Refere-se a gastos incorridos no projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural e para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 16).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data

de apresentação do balanço. Fruto dessa avaliação, não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2014.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser

necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A

obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 23).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.20 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios, e classifica como "Outras receitas" na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham

sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural

Fenosa, a empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.21 Demonstrações do valor adicionado

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 217.974 (R\$ 144.962 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria

uma perda em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 52.713 (R\$ 38.588 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm

prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição

esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

Para gerenciamento de risco de variação cambial, a Companhia tem como estratégia a obrigatoriedade de que 100% dos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda estrangeira possuam também, um instrumento financeiro de troca de moeda (swap de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2014, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria, conforme mencionado na Nota 4.3(c).

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais quando forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014			
Fornecedores	381.395	-	-
Empréstimos e financiamentos	129.804	162.793	441.691
Contas a pagar - assunção de dívida	12.138	1.011	-
Contas a pagar - partes relacionadas	579	-	-
Em 31 de dezembro de 2013			
Fornecedores	247.807	-	-
Empréstimos e financiamentos	154.361	173.583	150.750
Contas a pagar - assunção de dívida	11.415	951	-
Contas a pagar - partes relacionadas	257	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros

e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim sumariados:

	2014	2013
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 18)	734.288	478.694
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(50.136)	(56.791)
Dívida líquida	684.152	421.903
Total do patrimônio líquido	943.805	951.724
Total do capital próprio e de terceiros	1.627.957	1.373.627
Índice de alavancagem financeira - %	42	31

O aumento no índice de alavancagem financeira em 2014 foi decorrente, principalmente, dos investimentos realizados ao longo do ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

4.3 Instrumentos financeiros**(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque

para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap.

Não foram contratadas nos exercícios, operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado

pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que

orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo

Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas

condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

(c) Endividamento financeiro

O endividamento financeiro líquido compreende os ativos (disponibilidades e aplicações financeiras) e passivos financeiros (empréstimos) que podem ser assim apresentados:

	2014			2013		
	Ativos	Passivos	Dívida líquida	Ativos	Passivos	Dívida líquida
Circulante	50.136	129.804	(79.668)	56.791	154.361	(97.570)
Não circulante	-	604.484	(604.484)	-	324.333	(324.333)
	50.136	734.288	(684.152)	56.791	478.694	(421.903)

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a CEG mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos.

As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 18).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto as instituições bancárias.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	489.762	388.546
Caixa e equivalentes de caixa	50.136	56.791
Depósitos Judiciais	95.527	86.606
	635.425	531.943

	31/12/2014	31/12/2013
Outros passivos financeiros		
Empréstimos	734.288	478.694
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	381.974	248.064
	1.116.262	726.758

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices

de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação as contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 842.920 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	50.136	56.791
	50.136	56.791

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o valor contábil de caixa e equivalente de caixa, os quais se encontram em sua totalidade mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

8. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2014	2013
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	254.495	227.124
Do setor público	10.780	9.201
	265.275	236.325
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	215.647	142.094
Do setor público	2.327	2.868
	217.974	144.962
Vendas de equipamentos	6.513	7.259
	489.762	388.546

Em janeiro de 2014, as tarifas foram atualizadas pela variação do índice de inflação de 5,60% ocorrida no período de 1º de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2012, além da aplicação do resultado da 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas, conforme Deliberações AGENERSA nº 1796 e nº 1881.

Em março de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado

de aquisição do gás natural de produção nacional (0,76%).

Em junho de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (0,80%).

Em setembro de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio

ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (1,42%).

Em dezembro de 2014, as tarifas de gás natural foram atualizadas em decorrência do aumento do custo médio ponderado de aquisição do gás natural de produção nacional (0,16%).

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2014	2013
A vencer		
Faturado	183.634	174.413
Não faturado	217.974	144.962
Vencidas		
Até três meses	46.497	33.227
De três a seis meses	6.216	5.361
Acima de seis meses (a)	35.441	30.583
	489.762	388.546

(a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura,

os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	30.583	27.147
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	26.451	22.133
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(21.594)	(18.697)
Em 31 de dezembro	35.440	30.583

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações contábeis é o

valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

9. Tributos a recuperar

	2014	2013
Outros (a)	15.221	11.998
FINSOCIAL (b)	13.800	19.421
ICMS a recuperar (c)	11.868	19.782
Contribuição Social (d)	1.535	1.165
Imposto de renda retido na fonte	2.669	2.660
	45.093	55.026
Circulante	(21.492)	(17.893)
Não circulante - Realizável a longo prazo	23.601	37.133

(a) Refere-se, cerca de 70%, a novo regime especial aplicado a Petrobrás, adotado pela Receita Federal, permitindo crédito de períodos posteriores ao fato gerador.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 24(a)(ii)).

(c) Refere-se, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 4.140 (R\$ 5.004 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$ 2.067 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.073 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 7.728, classificados no longo prazo, (R\$ 14.778 em 31 de dezembro de 2013) referentes, principalmente, a créditos de ICMS referente a compra de gás junto à Petrobrás acumulados até o período a serem utilizados em período seguinte.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

10. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	93.494	95.097
	93.494	95.097

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	2014	2013
Obrigações de fundo de pensão	49.339	50.776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.870	4.420
Provisão para contingências	30.675	28.234
Mudança de prática - novos CPC's (*)	(3.874)	(2.967)
Fornecedores	5.450	6.603
Outras	7.034	8.031
Ativo não circulante	93.494	95.097

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	2014	2013
Receita de ajuste a valor presente	(853)	(833)
Juros e variação monetária Gasius (CPC 33)	(3.201)	(2.134)
	(3.874)	(2.967)

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre						
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2013	50.776	4.420	28.234	(2.967)	6.603	8.031	95.097
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	2.539	450	2.441	(907)	(1.153)	(997)	2.373
Creditado (debitado) no Imposto corrente	(3.976)						(3.976)
Em 31 de dezembro de 2014	49.339	4.870	30.675	(3.874)	5.450	7.034	93.494

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2022, conforme demonstrado a seguir:

2016	13.898
2017	18.090
2018	18.090
2019	18.090
2020	18.090
2021	3.618
2022	3.618
	93.494

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma

correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11. Transação com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	284	579		33	10.100
CEG Rio S.A.	1.296			11.866	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	385			1.039	
Gás Natural Serviços S.A.	34			239	
Gás Natural do Brasil S.A.	3			15	667
	2.002	579		13.192	10.767
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 18)		57.444	65.400		
Em 31 de dezembro de 2014	2.001	58.023	65.400	13.192	10.767
Em 31 de dezembro de 2013	1.880	68.283	122.465	12.504	10.116

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de *hardware* e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Salários e encargos	4.566	4.585
Honorários de diretoria	3.726	4.155
Participação nos lucros	1.055	991
Planos de aposentadoria e pensão	130	148
Outros benefícios	997	753
	10.476	10.632

12. Demais contas a receber

	2014	2013
Adiantamentos a funcionários	483	551
Cartões corporativos	203	53
Outros devedores (i)	16.780	16.500
	17.466	17.104
Circulante	(2.327)	(1.965)
Não circulante	15.139	15.139

(i) O saldo remanescente registrado no ativo não circulante refere-se a auto de infração recebido em 9 de abril de 2010 no montante de R\$ 14,7 milhões pela ausência de recolhimento de ICMS. A Companhia detém todas as guias de recolhimento do referido imposto autenticadas pelo agente arrecadador e discute com o mesmo a procedência da reclamação das autoridades fiscais. Para

evitar a situação de inadimplência junto à Receita Estadual, em abril de 2010, a Companhia pagou novamente os referidos débitos e aguarda o reembolso, pelo agente arrecadador, dos valores pagos. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, as chances de recuperar tais valores pagos em duplicidade é provável, visto que a Companhia detém as provas do recolhimento do referido débito fiscal.

13. Provisão para perdas sobre bens e direitos

O incentivo fiscal é constituído basicamente por aplicações no FINAM - Fundo de Investimento da Amazônia.

	2014	2013
Aplicação em incentivos fiscais	920	920

14. Depósitos judiciais

	2014	2013
ICMS (a)	2.994	2.790
INSS (a)	18.640	16.679
Processo Administrativo - SRF (b)	6.387	6.021
CIDE (c)	9.814	8.863
Penhora Judicial (d)	19.905	18.703
Trabalhistas	28.894	26.124
Outros	8.893	7.426
	95.527	86.606

(a) Referem-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 24(a)).

(d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 10.630) e cíveis (R\$ 9.275). Nas penhoras cíveis, destacam-se execuções judiciais propostas, na sua maioria em 2013, referentes a multas aplicadas pela AGENERSA (R\$4.638).

15.Intangível

	Servidões de passagem	<i>Software</i>	Contrato de concessão	Total em Operação	<i>Software</i> em Desenvolvi- mento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	898	8.707	1.272.203	1.281.808	6.832	1.288.640
Aquisição			165.520	165.520	4.029	169.549
Baixa líquida			(952)	(952)		(952)
Transferência para intangível em operação		6.833	-	6.833	(6.833)	-
Amortização	(147)	(4.774)	(57.447)	(62.368)		(62.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	751	10.766	1.379.324	1.390.841	4.028	1.394.868
Custo total	3.627	77.706	2.146.980	2.228.313	4.028	2.232.341
Amortização acumulada	(2.876)	(66.940)	(767.656)	(837.472)	-	(837.472)
Valor residual	751	10.766	1.379.324	1.390.841	4.028	1.394.869
Saldos em 1º de janeiro de 2014	751	10.766	1.379.324	1.390.841	4.028	1.394.868
Aquisição	152.490	4.029	208.499	365.018	17.532	382.550
Baixa líquida			(10)	(10)		(10)
Transferência para intangível em operação			-	-	(4.029)	(4.029)
Amortização	(147)	(3.984)	(63.330)	(67.460)		(67.460)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	153.094	10.812	1.524.483	1.688.388	17.531	1.705.918
Custo total	156.117	81.735	2.355.468	2.593.320	17.531	2.610.850
Amortização acumulada	(3.023)	(70.924)	(830.986)	(904.932)	-	(904.932)
Valor residual	153.094	10.812	1.524.483	1.688.388	17.531	1.705.918
Taxas anuais de amortização (%)	5 e 6,7	20				

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) *Software* em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

(c) Intangível em andamento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações dos sistemas informatizados.

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática <i>Hardware</i>
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.891	5.401	1.908	18.895	2.748
Aquisição				1.640	881
Baixa líquida				-	-
Transferência para imobilizado em operação		1.848			
Amortização		(480)	(85)	(2.857)	(899)
Ajustes	(1)	1	(1)	1	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731
Custo total	1.890	31.518	11.569	110.858	23.170
Depreciação acumulada		(24.748)	(9.747)	(93.179)	(20.440)
Valor contábil atual	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731
Saldos em 1º de janeiro de 2014	1.890	6.770	1.822	17.678	2.731
Aquisição				1.580	4.050
Baixa líquida					
Transferência para imobilizado em operação		702			
Amortização		(515)	(85)	(2.909)	(898)
Ajustes					
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883
Custo total	1.890	32.221	11.569	112.437	27.221
Depreciação acumulada	-	(25.263)	(9.833)	(96.089)	(21.338)
Valor contábil atual	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20

(d) A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram de R\$ 11.791 (R\$ 9.949 em 31 de dezembro de 2013) à taxa média de 11,68% (9,15% em 31 de dezembro de 2013).

Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total em Operação	Imobilizado em andamento	Total
3.044	3.177	1.107.529	1.149	1.145.742	126.461	1.272.203
1.557	3.021	15.194	1.300	23.593	141.927	165.520
(2)	(102)	(849)		(952)		(952)
		107.668		109.516	(109.516)	-
(481)	(1.244)	(50.924)	(477)	(57.447)		(57.447)
			(3)	-		
4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452	158.872	1.379.324
12.283	15.172	1.777.875	3.770	1.988.108	158.872	2.146.980
(8.165)	(10.320)	(599.256)	(1.801)	(767.656)	-	(767.656)
4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452	158.872	1.379.324
4.118	4.853	1.178.619	1.968	1.220.452	158.872	1.379.324
4.711	1.705	23.359	5.500	40.905	167.594	208.499
		(10)		(10)		(10)
		148.762		149.464	(149.464)	-
(701)	(1.294)	(55.281)	(1.645)	(63.330)		(63.330)
				-		-
8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481	177.001	1.524.483
16.994	16.878	1.949.985	9.270	2.178.467	177.001	2.355.468
(8.866)	(11.614)	(654.537)	(3.446)	(830.986)	-	(830.986)
8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481	177.001	1.524.483
10	20	30	Diversas			

16. Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	49.303	65.461	15	114.779
Aquisição				-
Amortização	(19.973)	(19.241)	(15)	(39.229)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	29.330	46.220	-	75.550
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(208.389)	(154.700)	(1.109)	(364.198)
Valor residual	29.330	46.220	-	75.550
Saldos em 1º de janeiro de 2014	29.330	46.220	-	75.550
Aquisição				-
Amortização	(14.363)	(17.476)		(31.839)
Saldos em 30 de dezembro de 2014	14.967	28.744	-	43.711
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(222.752)	(172.176)	(1.109)	(396.037)
Valor residual	14.967	28.744	-	43.711
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a

transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.

- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

17. Fornecedores

	2014	2013
De gás	263.279	197.384
De materiais	9.147	3.896
De serviços	58.139	46.527
	330.565	247.807

18. Empréstimos e financiamentos

	2014	2013
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	122.845	190.494
Linhas de crédito	611.443	288.200
	734.288	478.694
Total do passivo		
Circulante	129.804	154.361
Não circulante - exigível a longo prazo	604.484	324.333
	734.288	478.694

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	%		31/12/2014		31/12/2013	
	Fn (*)	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	11.282	310.000	844	50.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	1.882	80.000	31.271	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		57.444	65.400	68.026	122.465
Banco Santander S.A.		100%		44.284		41.868
ING Bank		100%	52.281		2.163	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%	6.915	104.800	52.057	60.000
Total empréstimos e financiamentos (**)			129.804	604.484	154.361	324.333

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

(**) Valores demonstrados sem efeito do valor justo das operações dos instrumentos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o quarto trimestre de 2014 com um custo médio de captação de 105% do CDI (112% em 31 de dezembro de 2013).

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e tem, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,8% ao ano.

(ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 109,0% ao ano e não tem garantias oferecidas.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013
2015		106.487
2016	261.001	179.163
2017	329.231	24.431
2018	14.252	14.252
	604.484	324.333

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000 com vencimento em um ano, que são revisadas em diferentes datas durante o ano.

19. Concessão a pagar

Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de 152.490 referentes ao aditivo contratual firmado entre a CEG. e o Estado do Rio de Janeiro em 01/12/2014, onde a CEG passa a deter o direito de

abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL. O valor será pago em 3 parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11/12/2014 e as demais serão pagas em 30/12/2015 e 30/12/2016,

seus valores estão reconhecidos no passivo circulante e não circulante sobre a denominação de concessão a pagar. A amortização deste valor se dará por 151 meses e terá início em 01/01/2015.

20. Tributos a recolher

	2014	2013
Imposto de renda a pagar	65.952	79.980
Contribuição social sobre lucro a pagar	-	4.143
ICMS	20.124	20.835
PIS	1.138	1.323
COFINS	5.242	6.096
Outros	9.548	10.571
	102.004	122.948
Circulante	(102.004)	(122.898)
Não circulante - Exigível a longo prazo	-	50

21. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	472.343	472.343	501.176	501.176
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(118.086)	(42.511)	(125.294)	(45.106)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	9.089	3.272	9.086	3.271
Adições Permanentes	(2.680)	(965)	(1.715)	(617)
Incentivos Fiscais	826		994	
Outros	(265)	(95)	(396)	(142)
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(111.116)	(40.299)	(117.325)	(42.594)
Alíquota efetiva	24	9	23	8

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins

de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2013, 2012 e 2011.

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 posteriormente convertida na Lei nº 12.973/14, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação

na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos. A Administração optou por não antecipar os efeitos do novo regime tributário em 2014 visto que entende que não há impacto relevante nas demonstrações contábeis.

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social está representado por 51.927.546 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	54,16
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,78
Outros (e ações em tesouraria)	0,24
	100,00

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 243, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 18 de agosto de 2010, em cumprimento a decisão judicial

da 5ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia procedeu à recompra de 2.441 Ações Ordinárias de um acionista minoritário, que correspondem a 0,0047% do Capital Social, no montante de R\$ 215. O valor relativo à recompra das referidas ações foi fixado em sentença judicial e está sendo questionado em juízo pela Companhia, sendo este depositado judicialmente. As Ações Ordinárias objeto da operação provisória de recompra estão mantidas em tesouraria, conforme previsto no artigo 30, § 1º, b, da Lei das S.A.

22.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em reais						
	Reservas de lucros			Total	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
Em 31 de dezembro de 2012	71.981	292.796	214.132	578.908	(55.027)	-
Lucro líquido do período				-		341.257
Reserva legal	487			487		(487)
Ganho atuarial de fundo de pensão				-		36.073
Impostos sobre ganho atuarial de fundo de pensão				-		(12.265)
Aumento de capital		(2.434)		(2.434)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício			(214.132)	(214.132)		
Juros sobre capital próprio - mínimo obrigatório				-		(36.344)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório				-		(48.848)
Dividendos propostos a aprovar			255.578	255.578		(255.578)
Transferências para ajuste de avaliação					23.808	(23.808)
Em 31 de dezembro de 2013	72.468	290.362	255.578	618.407	(31.219)	-
Lucro líquido do período				-		320.928
Reserva legal	49			49		(49)
Ganho atuarial de fundo de pensão				-		10.530
Impostos sobre ganho atuarial de fundo de pensão				-		(3.580)
Aumento de capital		(242)		(242)		
Dividendo adicional aprovado referente ao exercício			(255.578)	(255.578)		
Juros sobre capital próprio - mínimo obrigatório				-		(36.358)
Dividendos propostos - mínimo obrigatório				-		(43.861)
Dividendos propostos a aprovar			240.660	240.660		(240.660)
Transferências para ajuste de avaliação					6.950	(6.950)
Em 31 de dezembro de 2014	72.517	290.120	240.660	603.296	(24.269)	-

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido

em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia

Até o ano de 2010 a Companhia constituía reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 110 milhões em programas de conservação, renovação e expansão das redes de gás. Já em 2012 os investimentos chegaram a R\$ 115,5 milhões dos quais de R\$ 79,6 milhões foram aplicados no programa de conservação e renovação das redes de gás e R\$ 35,9

milhões foram destinados ao projeto de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, de 2013 e no período findo em 31 de dezembro de 2014 não foi constituída a reserva de expansão.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2014	2013
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos	320.928	341.257
Constituição da reserva legal	(49)	(487)
Base de cálculo dos dividendos	320.879	340.770
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	80.219	85.193
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	36.356	36.344
Dividendos - parcela do mínimo obrigatório	43.864	43.881
Destinação a aprovar	240.660	255.578
Total	320.880	335.803
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	100	100

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014 aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 304.427, representado por R\$ 0,6999 por lote de mil ações do capital social.

Em 26 de novembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas, que será realizada em abril de 2015, o pagamento dos juros sobre capital próprio no valor de R\$ 36.356, a ser pago em parcela única no mês de julho de 2015. O registro contábil

do benefício foi efetuado no dia 22 de dezembro de 2014, data que determinou o direito ao benefício. Dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 43.864 mil foram registrados para atender a previsão Estatutária. O saldo remanescente, no valor de R\$ 240.660, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2015.

23. Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. O plano apresentou, ao fim de 2014, superávit acumulado de R\$ 30.031 (R\$ 44.650 em 31 de dezembro de 2013) e a confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 está sendo paga em dia.

	2014	2013
Nº participantes GASIUS		
Vendas brutas de produtos, serviços e contratos de construção	65	68
Deduções da receita bruta	1.066	1.077
	1.131	1.145

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3

vezes as contribuições dos participantes e assistidos.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.207 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. O prazo para pagamento da referida dívida é de 12 anos a qual possui como base pra atualização, o INPC acrescido de juros de 1% ao mês. Em garantia das obrigações assumidas, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 18 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é pago uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os

valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da empresa por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de

junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco.

As contribuições da Companhia para o fundo de pensão totalizaram:

	2014	2013
Fundo de pensão (Gasius)	2.040	2.015
Assistência médica	5.097	4.632
	7.137	6.647

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2014	2013
Plano de benefícios – GASIUS	13.149	23.781
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	6.106	6.205
Prêmio aposentadoria	2.285	2.239
Assistência médica para aposentados	95.352	104.175
	116.893	136.400
Circulante	(12.138)	(11.415)
Não circulante	104.755	124.985

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	136.400	175.271
Custo do serviço corrente	(653)	501
Juros sobre obrigações atuariais	47.949	48.220
Rendimento esperado dos ativos do plano	(40.225)	(32.953)
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(10.531)	(36.073)
Benefícios pagos	3.366	(2.315)
Contribuições de patrocinadores	(9.747)	(6.647)
Pagamentos confissão de dívida	(10.892)	(11.187)
Juros confissão de dívida	1.224	1.583
Em 31 de dezembro	116.892	136.400

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2012	363.744	6.520	2.273	133.144
Custo do serviço corrente	(1.071)		69	1.503
Juros sobre obrigações atuariais	34.577	602	207	12.834
Contribuições participantes	2.081			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	48.931	(11)	(253)	(37.937)
Benefícios pagos	(27.168)	(906)	(57)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2013	323.232	6.205	2.239	104.175
Custo do serviço corrente	(1.649)		73	924
Juros sobre obrigações atuariais	35.520	659	198	11.574
Contribuições participantes	2.123			
Reconhecimento de ganhos/perdas atuariais	(5.336)	184	(225)	(15.936)
Benefícios pagos	(26.366)	(942)		(5.385)
Em 31 de dezembro de 2014	327.524	6.106	2.285	95.352

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2013	339.230	-
Rendimento esperado	32.954	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(4.231)	
Contribuições da patrocinadora	13.187	5.369
Contribuições dos participantes	2.081	
Benefícios pagos	(27.168)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2013	356.053	-
Rendimento esperado	40.225	
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(10.531)	
Contribuições da patrocinadora	9.747	5.369
Contribuições dos participantes	3.366	
Benefícios pagos	(27.168)	(5.369)
Em 31 de dezembro de 2014	371.692	-

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	202.703
Fundos de investimento de renda fixa	48.192
Títulos privados	10.737
	261.132
Títulos de renda variável	56.303
Investimento imobiliário	37.672
Outros ativos	8.521
	364.128

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2014	2013
Plano de benefícios – GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	327.524	323.232
Valor justo dos ativos do plano	375.417	(356.053)
Déficit (superávit)	(47.894)	(32.821)
Limite assunção de dívida (*)	47.894	32.821
Assunção de dívida GASIUS	13.149	23.781
Passivo líquido	13.149	23.781

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão ("assunção de dívida") presentemente reconhecida.

	2014	2013
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	6.106	6.205
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	2.285	2.240
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	95.352	104.175

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	2013				Total
	Plano de Benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	
Custo do serviço corrente	(1.071)		69	1.503	501
Juros sobre obrigações atuariais	34.577	602	207	12.834	48.220
Rendimento esperado dos ativos do plano	(32.953)				(32.953)
	553	602	276	14.337	15.768
Resultado abrangente	3.045	(151)	(293)	(38.674)	(36.073)

	2014				Total
	Plano de Benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	
Custo do serviço corrente	(653)		73	924	344
Juros sobre obrigações atuariais	47.949	659	196	11.574	60.378
Rendimento esperado dos ativos do plano	(40.225)				(40.225)
	7.071	659	270	12.498	20.497
Resultado abrangente	5.182	185	(225)	(15.935)	(10.793)

Em 2014, a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 15.769 (R\$ 15.769 em 2013). Deste valor, um total de R\$ 5.415 foi reconhecido em despesas com pessoal (R\$ 5.415 em 2013), pois refere à parcela de participação dos empregados e R\$ 4.860 em obrigações com fundo de pensão (R\$ 10.354 em 2013).

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2014 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Percentual	
	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de um ponto percentual a mais (1%), ou a menos, em relação às estimativas da administração, o valor atuarial das obrigações de planos

de pensão em 31 de dezembro de 2014 seria impactado em R\$ 19.125 (R\$ 18.143 em 31 de dezembro de 2013).

As principais premissas atuárias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2014, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	5,6% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A.
Crescimentos salariais futuros	2,1% a.a.
Inflação	
Fator de capacidade	5,5.a.a.
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT 83/AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

24. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas

instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2014	2013
Trabalhistas	35.668	34.656
Cíveis	32.711	24.905
Tributárias	9.814	11.452
	78.193	71.013

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	71.013
Adições	16.046
Baixas/reversões	(19.027)
Atualizações monetárias	10.161
Saldo em 31 de dezembro de 2014	78.193

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a

Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 9.814 (R\$ 8.863 em 31 de dezembro de 2013) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 14 (c)). Existem ainda R\$ 2.615 (R\$ 2.589 em dezembro de 2013) referentes a honorários de êxito.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	2014	2013
Esfera		
Federal	9.814	8.863
	9.814	8.863

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 179.153,02 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 165.279 em 31 de dezembro de 2013).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de

2014 seria de R\$ 14.320,06 (R\$ 12.529 em 31 de dezembro de 2013).

- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 7.478,28 (R\$ 7.204 em 31 de dezembro de 2013).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício

de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de ganho dessa ação razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 seria de R\$ 10.706,19 (R\$ 10.224 em 31 de dezembro de 2013).

- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº. 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº. 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas.

Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito, razão pela qual não foi constituída provisão, o montante em questão em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 119.058,75 (R\$ 103.820 em 31 de dezembro de 2013).

Os valores dos demais processos classificados com chances de êxito possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que os mesmos tratam de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de êxito possível, há o seguinte processo, cujo ganho estimado foi classificado como provável e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28

de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2014, seria de R\$ 386.314 (R\$ 370.670 em 31 de dezembro de 2013) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de ganho favoráveis.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" (Nota 20) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo, no montante de R\$ 13.800 (R\$ 19.421 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2014	2013
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	72	160
Ex-empregados terceiros	881	1.116
Outros (Ministério Público, INSS)	43	33
	996	1.309

O saldo das provisões para processos trabalhistas aumentou de R\$ 34.656 em dezembro de 2013 para R\$ 35.668 em 31 de dezembro de 2014 (aumento de 2,8%).

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2014	2013
Ex-empregados CEG	6.237	6.647
Ex-empregados terceiros	29.431	28.009
	35.668	34.656

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam 31 de dezembro de 2014 R\$ 55.850 (R\$ 71.680 em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

(a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.

(b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos,

visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.

(c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

(d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.

(e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5.280, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira

instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do Autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a Ceg a arcar com gastos

médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer.

- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em

condução de veículo da então Estatal. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da indenização é de R\$ 1.869. Não houve alteração.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de êxito provável no montante de R\$ 21.229 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

25. Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado

residencial, comercial, industrial, termoeletrico e automotivo.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Receitas de serviços	96.449	55.800
Receitas de serviços taxados	5.345	5.417
Receita de alugueis	516	477
Receita de MRV	-	13.829
	102.310	75.523

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

26. Compromissos e contingências

26.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 01 de agosto de 2013 foi celebrado o termo aditivo nº 9 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2019 e (ii) possibilidade de descontração parcial das quantidades diárias contratuais - QDC's a partir de 2013.

Com a efetivação do termo aditivo nº 9, o CONTRATO garante o fornecimento de 5,72 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual - QDC) para o período de janeiro a julho de 2013, de 5,05 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de agosto a dezembro de 2013, de 5,46 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2014, de 5,58 milhões de metros

cúbicos por dia, para o período de janeiro a dezembro de 2015, e de 5,76 milhões de metros cúbicos por dia, para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019 com a garantia de fornecimento deste volume (Quantidade Diária Contratual - QDC).

Por esse contrato, a CEG se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC - compromisso Take or Pay para os anos de 2013 a 2019.

Embora os valores pagos a título de Take or Pay (TOP) poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando, em 2013 não houve pagamento de TOP.

Ao final de 2014, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de TOP no final do ano.

26.2 Compromisso com Poder Concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Guapimirim, Mangaratiba e Maricá.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

26.3 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da AGENERSA, por meio da Deliberação AGENERSA nº 1.796. Assim, a AGENERSA definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela Ceg e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução -1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenersa determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de -2,85%.

No entanto, a Deliberação AGENERSA 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18/12/13, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma,

em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 01/01/2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

26.4 Ativo regulatório

Em 16 de setembro de 2009, foi publicada no DOERJ a Deliberação AGENERSA nº 427, a qual autorizou a retroatividade do resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, publicada em 30 de abril de 2009, permitindo à Concessionária realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 5 de junho de 2009 através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012, cujo valor presente montava a R\$ 111.644, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%.

Dessa forma, em 2009, a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando seu direito de recebimento no ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia. A partir de 2010, o referido ativo foi registrado na medida em que se realizou o faturamento da retroatividade.

26.5 Termo de compromisso

Em 06 de abril de 2011, em decorrência dos acidentes ocorridos nas caixas

subterrâneas da Light, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro propôs uma Ação Civil Pública Coletiva nº 0101795-61.2011.8.19.0001, em face da Light e da CEG, visando prevenir a ocorrência de novos acidentes. Após a Light ter firmado um Termo de Compromisso com o Ministério Público, a CEG, o Ministério Público, a AGENERSA e o Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de encerrar a ação judicial, em 28 de julho de 2011, firmaram um acordo por meio de um Termo de Compromisso, que foi homologado pelo Juiz da 4ª. Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, no dia 03 de agosto de 2011, extinguindo o processo em relação à CEG. No acordo a CEG assumiu o compromisso de: (i) antecipar os investimentos previstos para renovação de sua rede de distribuição de gás localizada no Centro e Copacabana, considerando o atual programa de investimentos para manutenção e renovação de redes subterrâneas; (ii) as obras deverão ser concluídas no período de 12 (doze) meses; e (iii) duplicar no ano de 2011, em relação a 2010, o número de inspeções previstas em seu Programa de Monitoramento da rede de distribuição localizada no Centro e Copacabana.

O descumprimento do acordo ou a ocorrência de novo acidente em que haja lesão corporal ou fatal, ou dano ao patrimônio público ou privado, será aplicada à CEG uma multa no valor de R\$ 100 mil. Previamente à aplicação da multa, a CEG poderá se manifestar sobre a causa do evento, nos autos da ação judicial, ficando isenta do pagamento se comprovar que o gás canalizado de sua rede de distribuição não contribuiu ou foi causador do acidente. Desta forma, o pagamento da multa somente será devido após análise do Juiz acerca da responsabilidade da CEG, respeitado o devido processo legal e a ampla defesa.

Em março de 2012, foi assinado pelo Ministério Público, Prefeitura do Rio de Janeiro e CEG, o 1º Aditivo ao Termo de

Compromisso celebrado em 28 de julho de 2011, estabelecendo procedimentos para a recomposição, recapeamento e restauração do pavimento asfáltico em vias públicas que forem objeto de obras realizadas pela Companhia, visando garantir as condições originais do pavimento, principalmente, nos logradouros já abrangidos pelo projeto "Asfalto Liso". O descumprimento da obrigação assumida no referido termo aditivo, resulta em aplicação de multa à Companhia por parte do poder concedente. Pelo cumprimento integral do acordo, o MP suscitou a aplicação

de multa em razão de uma explosão de bueiro ocorrida em Copacabana, em 11/12/2012. Apresentamos recurso.

26.6 Antecipação de pagamento

A CEG e a Petrobras, após celebrado o Contrato de Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Natural, para atendimento à UTE Baixada Fluminense, em 15 de abril de 2011, resolveram, em comum acordo, firmar o Contrato de Antecipação de Pagamento para Disponibilização Futura de Capacidade e Distribuição, celebrado em 30 de junho de 2011, que tem como objetivo

principal garantir a rentabilidade mínima do projeto, considerando o alto valor previsto para o investimento.

No Contrato de Antecipação de Pagamento citado, foi definido que a Contratante (Petrobras) pagaria à CEG, a título de pagamento antecipado pelo fornecimento futuro do Serviço de Distribuição de Gás, o valor de R\$ 46.668, em 07 (sete) parcelas pré-fixadas assim dispostas:

Nº da Parcela	Percentual do Total	Valor (R\$ mil)	Data de Pagamento
Primeira parcela	5%	2.333	05/01/2012
Segunda parcela	30%	14.000	05/07/2012
Terceira parcela	10%	4.667	05/11/2012
Quarta parcela	10%	4.667	05/03/2013
Quinta parcela	15%	7.000	05/06/2013
Sexta parcela	15%	7.000	05/09/2013
Sétima parcela	15%	7.000	05/11/2013

Adicionalmente, o Contrato de Antecipação de Pagamento, prevê a instituição do Saldo do Pagamento Antecipado (SPA), que se caracteriza como um crédito de Capacidade e Distribuição futura de gás natural para a Petrobras, que será utilizado pela mesma para quitar total ou parcialmente o valor de um ou mais Documentos de Cobrança referentes ao Contrato de Distribuição emitidos pela CEG contra a Petrobras, até que o valor de SPA seja igual a zero.

As obras referentes à implantação do referido projeto foram concluídas em dezembro de 2013 e o início da utilização do crédito foi dado a partir do faturamento de janeiro de 2014, com o início efetivo do fornecimento de gás natural à usina. Em 31.12.2014 o saldo do adiantamento é de R\$ 19.819

26.7 Demais compromissos

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia

e as declarações de rendimentos estão sujeitos a revisão por parte das autoridades fiscais por prazos prescricionais variáveis.

27. Serviços e outros gastos gerais

	2014	2013
Serviços de manutenção	22.681	25.390
Serviço de profissionais independentes e contratados	104.863	98.043
Gastos gerais de escritório	3.955	3.371
Viagens e estadas	2.506	1.756
Aluguéis	9.545	3.092
Propaganda e publicidade	10.124	9.633
Despesas empresas do grupo	7.163	9.202
Perdas e recuperação de créditos	7.199	6.755
Provisões (reversões de provisões)	(2.749)	(6.963)
	165.287	150.279

28. Outras receitas (despesas) líquidas

	2014	2013
Ganho na venda de equipamentos	19	59
Impostos e taxas	(7.724)	(16.803)
Ganhos (perda) na alienação de intangível	68	(848)
Indenização a terceiros	(12.876)	(14.484)
Despesa com impostos	(3.670)	(3.027)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.981)	(4.646)
	(26.164)	(39.749)

29.Resultado financeiro

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	1.228	4.804
Atualizações monetárias e cambiais ativas	11.822	4.747
Receita de juros e encargos	9.432	9.358
Outras receitas financeiras	3.576	1.245
	26.058	20.154
Despesas financeiras		
Comissões	(296)	(285)
Encargos de empréstimo (SWAP e juros)	(45.294)	(29.366)
IOF	(1.612)	(964)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(14.697)	(12.745)
Fiança bancária	(20.594)	(18.669)
Outras despesas financeiras	(2.727)	(1.225)
	(85.220)	(63.255)
	(59.162)	(43.101)

30.Permissão de uso de logradouros públicos

Através da Lei Municipal nº 4017, de 23 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 28.002/2007 de maio de 2007, o município do Rio de Janeiro criou a taxa mensal pelo uso das vias públicas sob o domínio municipal, bem como seu subsolo e espaço aéreo. Um novo decreto, emitido em 14 de dezembro de 2007 sob o nº 28.887/07, esclareceu a base de cálculo da referida taxa aplicável às companhias distribuidoras de gás, que resultou em uma obrigação mensal para a companhia de R\$ 998. Como a questão do pagamento pelo uso do subsolo por concessionárias de serviços públicos vem sendo declarada ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça, e considerando as opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia continuará

discutindo em juízo seu direito de não pagar a taxa em virtude de sua ilegalidade. Ademais, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem o direito de aplicar o parágrafo 16 da cláusula sétima do referido contrato que determina a incorporação, na tarifa, da cobrança desse tributo.

Adicionalmente ao pleito acima, em 9 de dezembro de 2009, foi firmado acordo entre a CEG e a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, na forma do qual a Companhia se comprometeu a efetuar o pagamento de valores cobrados referentes aos meses de julho a dezembro de 2009 (pagamento já efetuado), e os valores vincendos a partir de janeiro de 2010. Com relação aos valores referentes ao

período de julho de 2007 a junho de 2009, a Prefeitura abdicou da cobrança da taxa, no entanto, em contrapartida, a Companhia realizará projetos de expansão e modernização de redes de canalização de gás natural para as Olimpíadas de 2016. A discussão em juízo sobre a ilegalidade da cobrança da taxa acima mencionada foi favorável a Companhia proferida pelo STJD, que transitou em julgado em 29.04.2014.

Em maio/2014, foi comunicado à Secretaria Municipal de Fazenda que apesar da data do trânsito em julgado da decisão favorável à CEG, estaria efetuando o pagamento da taxa pelo uso do subsolo no mês de maio/2014, cessando o pagamento em junho/14.

31.Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em Reais Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	435.486
Responsabilidade civil geral (*)	217.743
Responsabilidade civil - administradores - Diretores e dirigentes	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

32. Informações Adicionais

No dia 16 de junho de 2014 a Gas Natural Fenosa e a CEMIG divulgaram para os mercados onde negociam seus papéis, fato relevante comunicando sobre uma negociação realizada diretamente entre ambas as empresas.

De acordo com o comunicado da Gas Natural Fenosa:

- A Gas Natural Fenosa e a CEMIG firmaram um acordo para potencializar o desenvolvimento da rede de distribuição de gás natural no Brasil. Em razão deste acordo condicionado, ambas as empresas concentrarão, durante os próximos meses, esforços para constituir uma holding de distribuição de gás natural no Brasil

e empreender possíveis novos investimentos. A holding terá um acordo de acionistas e terá participação majoritária da Gas Natural Fenosa.

- A possível constituição da Holding não representará um impacto significativo nas contas da Gas Natural Fenosa a curto prazo e nem no controle de suas distribuidoras no Rio de Janeiro e São Paulo.
- O acordo ainda será submetido, no devido momento, às correspondentes autorizações regulatórias e administrativas das autoridades pertinentes.

No dia 17/06/2014 a Bovespa solicitou à CEG informações acerca de notícia

publicada no Jornal Valor econômico sobre tal negociação. No dia 18/06/2014, prazo concedido para a resposta, a CEG informou que teve conhecimento do comunicado realizado pela Gas Natural Fenosa na Espanha, que o acordo, ainda não concluído, não refletiria impactos no controle ou estrutura administrativa da Companhia e, que, caso seja comunicada de seu envolvimento, informará tempestivamente ao mercado em cumprimento a legislação vigente e em atendimento aos princípios que norteiam a Governança Corporativa.

Ainda em relação ao referido acordo a CEG informa que as partes envolvidas ainda estão buscando forma de potencializar o desenvolvimento de redes de gás no Brasil.



Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014, a proposta de Destinação do Resultado e a proposta de aumento do capital social pela incorporação de reservas de lucros.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 30/01/2015, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de março de 2015.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Renato Achutti

Manoel Eduardo Lima Lopes



A Administração

102 Comitê de Direção

103 Conselho de Administração

104 Acionistas

105 Serviços de Auditoria Externa



Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor-Presidente

Antoni Almela Casanova
Diretor Geral

Vicente de Angel Zafra
Operações

Ignácio Pascual Lopez
Planejamento, Ingressos e Regulação

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Jorge Henrique da Silva Baeta
Econômico-Financeiro e de Relações com
Investidores

Miguel Marcelo Napolitano
Comercial

Katia Brito Repsold
Gestão de redes

Gilberto Guimarães Rosa da Silva
Serviços Compartilhados

Daniele Viana Toval Conrado
Recursos Humanos

Márcio Gomes Vargas
Controle de Gestão

Daniela Helena Napolitano
Serviço a Clientes

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Flávio Campos
Informática

Mario Nevares
Organização e Qualidade

Ana Carolina Almeida
Auditoria Interna

Conselho de Administração

Sergio Manuel Aranda Moreno (Presidente)

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Francisco de Paula Lluch Rovira

Francesc Solbes Pons

Juan Manuel Otoyá Rojas

José Pais Rangel

Gérman Patricio Macchi

Gustavo Tenório Reis

Renata Bezerra Cavalcanti

Nelson Akio Fujimoto



Acionistas

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia estava representado por 51.927.546.473 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Participação no capital social (%)
Gas Natural Internacional SDG S.A	54,16
BNDES Participações S.A – BNDESPAR	34,56
Fundo em Investimento em ações Dinâmica Energia	8,78
Pluspetrol Energy Sociedad Anônima	2,26
Demais acionistas	0,23
Ações em tesouraria	0,0047
Total	100



Serviços de Auditoria Externa

Em conformidade com o artigo 3º da Lei nº 11.638/2011 e com a Instrução Normativa CVM nº 381 de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato de prestação de serviços exclusivamente de auditoria externa contábil com a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S.

A Companhia não possui sociedades por ela controladas e a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/S não prestou serviços à nenhuma outra sociedade integrante do mesmo grupo econômico ao qual pertence a Companhia.

ceg



www.gasnaturalfenosa.com